



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

CLEBER DO NASCIMENTO FERREIRA

**A DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL E SUAS INFLUÊNCIAS NO  
DISCURSO DO GENERAL TASSO VILLAR DE AQUINO (1969-1970)**

Brasília

2020

CLEBER DO NASCIMENTO FERREIRA

**A DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL E SUAS INFLUÊNCIAS NO  
DISCURSO DO GENERAL TASSO VILLAR DE AQUINO (1969-1970)**

Monografia apresentada ao Departamento de História  
do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de  
Brasília como requisito parcial para a obtenção de  
título de licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Mateus Gamba Torres

Brasília – DF, 10 de dezembro de 2019.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Mateus Gamba Torres (Orientador – HIS/UnB)

---

Prof. bel/lic Mateus Henrique Siqueira Gonçalves

---

Profa. bel/lic Amanda de Oliveira Passos

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primordialmente à Deus, por sempre ter estado comigo e me fortalecido em todos os momentos, me mostrando que eu era capaz em meio a tanta insegurança, me dando palavras de consolo e motivação. Agradeço a minha namorada Sinthya Araujo, por estar ao meu lado em todos os momentos, me motivando e me auxiliando, não permitindo que em nenhum momento eu desistisse ao longo da graduação e da confecção deste trabalho. Agradeço imensamente aos meus pais Ademário Ferreira e Mari Selma Ferreira, pois em todos os momentos conseguiram me suprir, com muito esforço, todas as minhas necessidades ao longo dos anos de graduação, sem o auxílio e amor incondicional, creio que seria uma trajetória impossível. Agradeço imensamente aos meus irmãos, Gledson Ferreira e Gleberson Ferreira, por todas as palavras de apoio e paz, por todo o auxílio e amor.

Agradeço igualmente aos meus pastores, Cleudson França e Cláudia França, por terem sido tão compreensíveis e amorosos durante o período de redação da monografia. Também agradeço a Igreja Metodista do Sol Nascente, por tanto amor e carinho e por ter me acolhido e transformado a minha vida por meio do evangelho. Agradeço aos meus amigos Rodrigo Barbosa, Matheus Henrique, Felipe Roeder, Luis Filipe e Marcos Vinícius, por tanto apoio e fidelidade ao longo desses anos.

Agradeço da mesma forma, ao meu professor e orientador Dr. Mateus Gamba Torres, por ter sido fundamental em todos os momentos deste trabalho, obrigado por toda atenção, auxílio e dedicação e principalmente por ter acolhido o meu pedido de orientação em meio a um contexto tão caótico.

## RESUMO

Esta monografia se propõe a estudar a Doutrina de Segurança Nacional e sua influência no discurso do General Tasso Villar de Aquino. O objetivo é compreender e identificar os principais conceitos que o General se apropria da doutrina, para fundamentar as suas acusações acerca de quem seriam os responsáveis diretos e indiretos do sequestro do embaixador estadunidense Charles Burke Elbrick, que ocorre em 1969. O objeto de estudo será o Ofício nº 60-IPM de 29 de janeiro de 1970, que trará as observações e conclusões do General. Pode-se perceber ao longo do discurso utilizado pelo General, diversas menções aos conceitos da Doutrina, pode-se destacar o conceito de “inimigo interno” que permeia todo o documento.

**Palavras-chave:** Doutrina de Segurança Nacional; Análise do discurso; Inimigo Interno.

## **ABSTRACT**

This monograph aims to study the Doctrine of National Security and its influence in the speech of General Tasso Villar de Aquino. The objective is to understand and identify the main concepts that the General appropriates from the doctrine, to substantiate his accusations about who would be directly and indirectly responsible for the kidnapping of the American ambassador Charles Burke Elbrick, which takes place in 1969. The object of study will be Official Letter 60-IPM of January 29, 1970, which will bring the general's observations and conclusions. Throughout the speech used by the General, it is possible to perceive several references to the concepts of the Doctrine, one can highlight the concept of "internal enemy" that permeates the entire document.

**Key-words:** Doctrine of National Security; Speech analysis; Internal Enemy.

## SUMÁRIO

|  |            |
|--|------------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>  | <b>7</b>   |
| <b>CAPÍTULO 1 - SEGURANÇA NACIONAL.....</b>  | <b>13</b>  |
| 1.1 Escola superior de guerra e a doutrina de segurança nacional e desenvolvimento ..... | 16         |
| 1.2 Os três elementos da doutrina de segurança nacional e desenvolvimento.....           | 19         |
| 1.3 O estado de segurança nacional .....   | 24         |
| <b>CAPÍTULO 2 - O INQUÉRITO .....</b>  | <b>28</b>  |
| 2.1 Responsáveis diretos e indiretos .....   | 31         |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>   | <b>455</b> |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>  | <b>477</b> |

## INTRODUÇÃO

A história da ditadura militar brasileira (1964-1985), é repleta de paradigmas. Podemos ver diversos grupos, em nossa contemporaneidade, reivindicando discursos, relativizando acontecimentos e negando o caráter autoritário e repressivo, que se é encontrado neste período obscuro da história do Brasil. Essas situações ocorrem, para além de ambições políticas, mas porque estamos discutindo uma história ainda permanece inacabada, uma história que está “quente” e em constante movimento (BÉDARIDA, 2006, p. 229), uma história do tempo presente e isto se vincula à condição de que este passado, ou seja, que esta história ainda persevera em nossa sociedade, podendo ser compreendida como um passado que permanece vivo. (PEREIRA; SEFFNER, 2018, p. 28).

Este trabalho de pesquisa tem como preocupação central, compreender a influência da Doutrina de Segurança Nacional nos discursos que serão produzidos na ditadura militar, e mais especificamente, iremos estudar um discurso que está disposto no Inquérito Policial Militar (IPM) nº 899 de 30 de janeiro de 1970, que terá como encarregado o General Tasso Villar. Este inquérito terá o objetivo de investigar os responsáveis diretos e indiretos do sequestro do embaixador estadunidense Charles Burke Elbrick. Contudo, devemos pontuar que por trás destes responsáveis diretos e indiretos que o encarregado irá investigar, teremos um grupo revolucionário de esquerda que será o responsável pelo sequestro do embaixador, o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) (GORENDER, 1987, p. 166).

Para auxiliar o nosso entendimento, acerca da nossa fonte, devemos entender quem era essa organização de esquerda e qual a sua motivação para realizar tal feito. A conjuntura que torna possível a formulação deste grupo se inicia com o golpe civil-militar. Esta ruptura, além de interromper um governo estabelecido democraticamente, acaba por impactar as esquerdas, principalmente o Partido Comunista Brasileiro (PCB). “O golpe civil-militar e a derrota sem resistência das forças ditas progressistas em 1964 marcaram profundamente os partidos e movimentos de esquerda brasileiros” (RIDENTI, 2010, p. 29), percebemos a partir da análise do historiador Marcelo Ridenti, que o golpe é visto pela esquerda como uma derrota, esta que suscitaria até mesmo a necessidade “de “autocrítica”, de questionar os “erros” que teriam levado à derrota das esquerdas em 1964” (RIDENTI, 2010, p. 29). Esta perspectiva de derrota do erro e de falha, por parte da esquerda, é necessária para compreendermos de que modo surgem as dissidências. Outro fator importante de pontuarmos, é que o PCB “defendia um caminho pacífico para o socialismo, seu programa rejeitava a luta armada” (ALVES, 2005, pp.174). E esta posição mais pacífica do PCB, era alvo de diversas críticas, o que leva a muitos

romperem suas relações com esse partido, pois viam na luta armada a única forma de se combater ou se opor a ditadura que acabara de se consolidar. Segundo Silva (2013, p. 4), devido a esta posição inerte adotada pelo Partido Comunista Brasileiro, são gestados novos grupos revolucionários que tendem a adotar a esta luta armada como forma de oposição, a autora ressalta que é neste momento onde ocorrerá um “racha” no partido, que dividirá a “nova esquerda brasileira” em duas vertentes,

[...] a primeira era a chamada *Corrente Revolucionária*, que reuniu nacionalmente diversos setores que se opunham à direção do partido; a outra vertente das divergências internas do PCB estruturou-se em torno das chamadas *Dissidências*, basicamente formadas por setores estudantis (SILVA, 2013, p. 04).

Silva (2013, p. 4-5), nos informa que a maioria dessas dissidências não romperão, inicialmente, com o PCB, mas servirão como oposição dentro do partido, devido as posições conservadoras que ele possuiu. Essas dissidências ou DI's, irão se espalhar por todo o Brasil. Contudo, a autora irá nos ilustrar acerca do surgimento de um movimento chamado “fração”, segundo ela, ele surgirá ainda em 1964 na Guanabara, “reunindo militantes comunistas universitários, contrários aos rumos sugeridos pela direção do PCB” (SILVA, 2013, p. 04). Estes grupos, chamados fracionistas, irão se disseminar no meio universitário e acaba por atrair os estudantes comunistas, que já são iniciados para se opor as direções sugeridas pelo PCB (SILVA, 2013, p. 05). Podemos perceber que, este movimento de fração será fundamental para que a Dissidência da Guanabara se constitua como uma organização, pois, percebemos que com essa ação, eles acabam por aumentar o seu número de participantes e “entre 1965 e 1968, as bases universitárias romperam com o Partido em todos os cantos do território nacional, constituindo as conhecidas dissidências estudantis” (RIDENTI, 2010, pp. 30). Ocorrendo assim, o “racha” definitivo no PCB, onde diversos militantes de esquerda, acabam por abandonar o “velho partido comunista e fundaram, agora oficialmente e não mais como fração, uma nova organização” (SILVA, 2013, p. 05), que será a Dissidência da Guanabara.

Com a criação das dissidências, a que possui maior destaque é a da Guanabara que surge no Estado do Rio de Janeiro. Ela estará, inicialmente, envolvida com o movimento estudantil e será o seu grande foco. Em 1968, a Dissidência da Guanabara (DI-GB) será a liderança incontestada no movimento estudantil carioca, e irá ampliar a sua expressão nacional. (SILVA, 2013, p. 06). A partir de 1969, a DI-GB inicia os seus projetos de preparação para a luta armada. As principais ações armadas ocorreram no início de 1969, dentre estas práticas podemos citar expropriações em bancos e carros-fortes (SILVA, 2013, p. 08), para conseguir dinheiro, além de ocorrerem diversos roubos de armas.



Contudo, o grande ato da DI-GB, será o sequestro do embaixador Charles Burke Elbrick, que ocorrerá com o auxílio da Ação Libertadora Nacional (ALN), grupo criado por Carlos Marighella. É nesse sequestro realizado em 4 de setembro de 1969, que a Dissidência da Guanabara se apropria do nome de Movimento Revolucionário 8 de Outubro. Este nome que foi dado pelo Centro de Informações da Marinha a outro grupo dissidente do Rio de Janeiro. Contudo, a Dissidência da Guanabara resolve se apropriar desse nome, com dois objetivos. O primeiro possuía a finalidade de mascarar o nome do grupo, devido a sua fama no meio da esquerda e o segundo motivo estava relacionado a possibilidade de desmoralizar a ditadura, pois segundo Salem (1997, p. 76), os militares havia realizado uma grande “comemoração” devido ao fato de terem reprimido e ter dado fim ao MR-8, que teve seu fim decretado no primeiro semestre de 1969 e foi, como citado, muito comemorado e exaltado pelo CENIMAR o fim desta dissidência. Então, a Dissidência da Guanabara se apropria do nome de MR-8 no final do ano de 1969, para realizar o sequestro do embaixador.

Segundo Jacob Gorender (1987, p. 166), a ideia do sequestro surge a partir de uma tentativa de sequestro que ocorreu na Guatemala, de um também embaixador dos Estados Unidos, contudo, o sequestro não obteve sucesso. Mas a partir dessa ação dos guerrilheiros guatemaltecos, a direção da Dissidência, composta por Daniel Aarão, Franklin Martins e Cláudio Torres, passam a refletir acerca desta ação e fixam a ideia de realizar um feito semelhante, mas com um resultado positivo. A partir desse sequestro, os dissidentes buscavam alcançar dois objetivos, Daniel Aarão Reis irá abordar essa motivação no livro de Salem, a primeira motivação para o sequestro de Elbrick, era a libertação de um outro militante: Vladimir Palmeira, que segundo Daniel Aarão, não possuía nenhum cargo de direção da DI-GB, contudo, era visto como uma referência e representava uma grande liderança política e estudantil, alguém que estava muito preparado politicamente (SALEM, 1997, p. 72-73). O segundo motivo apresentado por Daniel Aarão, era “a necessidade que os movimentos revolucionários, detinham de se apresentar a sociedade (SALEM, 1997, p. 74). O que podemos assimilar a partir dessa afirmação dele, é que não se havia um conhecimento difundido no meio social, de grupos que eram opositores a ditadura, daí deriva a necessidade de apresentar esses movimentos revolucionários a sociedade. Podemos destacar que uma grande parte desse processo de não conhecimento dos grupos revolucionários, se deve ao fato de que a maioria dessas organizações se utilizavam da clandestinidade para “sobreviver” em um período de grande repressão.

A partir do momento em que o grupo prepara tudo para a realização do sequestro, eis que chega o momento de escolher a data para fazê-lo. Fernando Gabeira, em seu livro, “O

que é isso companheiro”, irá nos detalhar muitas informações acerca de como ocorre o sequestro e seu preparo, contudo, podemos destacar que a escolha da data do sequestro, ainda possuía um caráter político, devido a proximidade com o feriado do 7 de setembro, onde as forças armadas desfilam pelas cidades demonstrando a sua força militar. (GABEIRA, 1979, p. 48).

Após a captura, Elbrick fora levado para uma casa alugada por Gabeira, na rua do Barão de Petrópolis. A partir da posse do embaixador, os militantes realizaram duas exigências, via manifesto, para a liberação de Elbrick, a primeira era a soltura de quinze presos políticos e a segunda a publicação e leitura do seu manifesto pela mídia. Com o manifesto a Dissidência da Guanabara, decide utilizar o nome MR-8, assinando o documento juntamente com a ALN. O governo atende as solicitações dos militantes, devido a pressão realizada por Nixon à Junta Militar (GABEIRA, 1979, p. 51-58). Com o cumprimento das exigências o MR-8 passa a realizar a soltura de Elbrick e inicia o processo de fuga. Gabeira (1979, p. 61-62) narra como ocorre esse processo de dispersão de seus companheiros, onde alguns conseguiram escapar e entraram na mais profunda clandestinidade, outros foram pegos pela polícia e torturados e alguns foram mortos.

A partir desse ponto, inicia-se o processo de investigação e condenação dos envolvidos no sequestro, e que dá oportunidade para o surgimento da nossa fonte, que busca abarcar em totalidade quais foram os responsáveis diretos e indiretos pelo sequestro do embaixador.

Para compreendermos um pouco sobre o nosso tema, devemos elucidar de que forma foi possível ele ser concebido. Essa história se inicia quando cursava uma disciplina do departamento de História da UnB, que nos instigou a buscar fontes do período da ditadura militar e trabalhá-las. Ao realizar essa busca inicial por fontes, me deparei com o MR-8, que inicialmente me chamou a atenção pelo nome e pelo seu principal ato de oposição ao governo. A partir desse trabalho, criei um vínculo com esta temática e decidi que gostaria de pesquisá-la. Inicialmente o objetivo desta pesquisa seria compreender como o Estado brasileiro enxergava esse grupo de esquerda, contudo, ao longo das leituras que foram realizadas surgiu uma série de novas temáticas, entretanto uma temática se sobressaiu e será o nosso ponto central a ser discutido ao longo desta monografia, como já citado, será a influência da Doutrina de Segurança Nacional no discurso construído pelo General Tasso Villar. Esta nova temática que surge se baseia em nos distanciar do grupo guerrilheiro, e conceder um enfoque maior para a narrativa construída no inquérito policial militar (IPM). Dessa forma, podemos compreender através da fonte, quais são as influências dessa Doutrina e como ela se manifesta no discurso do encarregado. Partindo desse pressuposto, torna-se fundamental que estejamos ambientados

sobre o que seria essa Doutrina de Segurança Nacional, como ela é formulada, quais são os seus preceitos, como ocorre a sua disseminação, qual o público alvo desta doutrina, ou seja, devemos estar familiarizados com essa ideologia, para que assim, no momento em que for necessitada a nossa análise do discurso, estejamos bem fundamentos para conseguir identificar essas possíveis influências e referências.

Em meio a tantas pesquisas sobre ditadura militar, podem surgir questionamentos relacionados a relevância dessa pesquisa, como: porque estudar a ditadura militar? Para que estudar uma doutrina? Qual a necessidade de se analisar um discurso? Particularmente, essa questão se torna fundamental quando eu, como historiador, percebo que meus pais, meus irmãos, minha parentela, de modo geral, não possui intimidade com a temática da ditadura militar, e quando possui é algo muito superficial ou com um único viés de interpretação. Quero dizer com isso que, ainda há um silenciamento acerca do que ocorreu durante a ditadura militar, e esse silenciamento perpassa quanto a esta ideologia que norteia o Estado que se constitui em 1964 no Brasil. Então, a partir do momento em que há trabalhos que se dedicam a compreender como essa doutrina se dissemina e impactam o discurso, e conseqüentemente, deixam reminiscências em nossa contemporaneidade, torna-se fundamental discutirmos essas temáticas, não somente para compreender o passado, mas enxergar como esses traços persistem em nossa sociedade.

Para a realização desta monografia, utilizarei como bibliografia alguns livros, artigos e teses de doutorado. Entre os principais livros que utilizarei, um dos principais é Estado e Oposição no Brasil (1964-1984), da cientista política Maria Helena Moreira Alves. Este livro será fundamental para compreender as questões envolvendo o Estado brasileiro, e a forma como ele agia. Neste livro a autora irá discutir a Doutrina de Segurança Nacional, o Aparato Repressivo, as questões econômicas que eram latentes à época. Em síntese, Maria Helena Moreira Alves, expõe elementos fundamentais para a nossa compreensão acerca do que seria essa Doutrina e apresenta os seus conceitos. Para tratar especificamente sobre a esquerda no Brasil, estarei utilizando o livro “O Fantasma da Revolução Brasileira”, de Marcelo Ridenti. Este livro nos traz uma abordagem interessante acerca da esquerda brasileira, passando por pontos fundamentais e preciosos para a nossa pesquisa. Outro livro que será fundamental para a nossa pesquisa, será o de Michel Foucault, “a Ordem do Discurso”, que será útil para compreendermos um pouco acerca da função e construção do discurso na sociedade, pensando assim, as principais funções que o discurso possui e os poderes que são ancorados àqueles que

possuem o domínio sobre os discursos. Entre as teses de doutorado, destaco o trabalho de Rodrigo Patto Sá Motta, “Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)”, que traz uma abordagem bastante completa acerca do anticomunismo. Ele é fundamental para o nosso trabalho pois elucida diversas questões que nos fazem compreender como ocorre a adesão a essa doutrina tanto pelos militares, quanto pelos civis, a luz do medo do comunismo, além de discutir a forma como esse anticomunismo se desenvolve na sociedade.

## CAPÍTULO 1 - SEGURANÇA NACIONAL

4 de novembro de 1969 é o ponto de partida de nossa pesquisa. Nesse dia, ocorre o sequestro do embaixador estadunidense Charles Burke Elbrick, encabeçado pelo Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) com o auxílio da Ação Libertadora Nacional (ALN) (GORENDER, 1987, p. 167). É nesta conjuntura que a nossa fonte é construída. A partir do sequestro e de sua consumação, surge a necessidade, por parte do Estado, de investigar quem orquestrou essa ação. Tendo isto como premissa, o Inquérito Policial Militar (IPM) nº 899, de 29 de janeiro de 1970 é elaborado tendo como o seu encarregado o General Tasso Villar de Aquino. Via de regra, os inquéritos possuem uma estrutura e geralmente detém “os resultados dos procedimentos investigativos: os interrogatórios dos suspeitos, depoimentos das testemunhas, resultados das operações de busca e apreensão de objetos e documentos, e das perícias e das vistorias” (JOFFILY, 2008, p.94).

O encarregado do inquérito, logo no início, expõe abertamente qual o objetivo que ele detém com esta investigação, vejamos:

Encaminho à consideração de V. Ex<sup>a</sup>, como informação, observações e conclusões fundamentadas em declarações de testemunhas e indiciados no IPM de que fui encarregado para apurar os responsáveis diretos e indiretos pelo sequestro do embaixador CHARLES BURKE ELBRICK. (BRASIL, 1970, p. 2)

O General Tasso Villar, expõe de maneira muito direta o que ele apurou neste IPM, os responsáveis diretos e indiretos pelo sequestro do embaixador. É justamente isso, que será exposto ao longo das 58 páginas que compõe o documento. Contudo, neste pequeno trecho retirado do IPM, podemos realizar uma análise mais profunda, acerca do que o próprio general nos informa. Ancoro-me nas palavras de Silvia Hunold Lara, para guiar a perspectiva de interpretação, que teremos daqui em diante, “a leitura não deve buscar apenas o que foi escrito, mas também como foi escrito, porque foi escrito e como aquele texto circulou e foi guardado. Todos esses aspectos são fontes de informação para os historiadores [...]” (LARA, 2008, p.5-6). O que Lara (2008) nos expõe, nesse pequeno fragmento, é um método de leitura para obter uma compreensão ampla e profunda acerca do que está sendo analisado. O ponto primordial, é compreender que todo documento detém um contexto, no qual ele é produzido e circulado (LARA, 2008), e este contexto influencia diretamente como os fatos são narrados e construídos, ou seja, essa afirmação nos indica a necessidade de estarmos atentos ao contexto que é produzido no IPM. Em nosso caso específico, compreender o contexto social e ideológico em que a nossa fonte foi construída, é parte primordial para se responder as indagações que são

geradas a partir da leitura. Partindo desse pressuposto, devemos ter como premissa a necessidade de compreender a narrativa construída no IPM.

Após compreendermos a importância de assimilarmos o contexto em que é gestada a fonte, torna-se necessária a discussão acerca das ideias que pairavam sobre a elite militar que realiza o golpe e mantém-se no poder durante os anos de ditadura. O principal conceito que é utilizado por esses militares, está atrelado a segurança nacional. A primeira amostra da utilização dessa ideia, está destacada logo no início do documento, quando o encarregado ao explicar acerca dos objetivos do inquérito também evidencia que as informações dispostas no IPM detém um caráter especial, pois segundo ele “as observações e conclusões que se seguem têm especial interesse para a Segurança Interna.” (BRASIL, 1970 p. 2). A partir desse fragmento, o encarregado nos desvela uma parte fundamental do imaginário militar desse momento, a preocupação com a segurança nacional.

Devemos ressaltar que governos e países, possuem preocupações com a sua segurança interna, contudo, na conjuntura em que estávamos assentados, alguns países se utilizaram da ideologia de segurança nacional. Esta que deteve as suas origens identificadas a partir do século XIX no Brasil, e no início do século XX na Argentina e no Chile (ALVES, 2005, p. 39). Percebemos então que esta ideologia não é algo exclusivamente utilizado no Brasil, mas é algo que perpassa por toda América Latina. Essas ideologias “vinculam-se então a teorias geopolíticas, e ao antimarxismo e as tendências conservadoras do pensamento social católico” (ALVES, 2005, p. 39). Identificamos a partir dos argumentos de Alves (2005), que esta ideologia se ancorou em três pilares, contudo, o antimarxismo, que se transformará em anticomunismo será o seu aspecto mais considerável e a forma mais nítida de atuação da ideologia de segurança nacional nos países. Podemos compreender como anticomunista “os indivíduos e grupos dedicados à luta contra o comunismo, pela palavra ou pela ação” (MOTTA, 2000, p. 4). Ou seja, todos aqueles que de algum modo combatem os ideais comunistas, seja através da literatura, como publicação de livros, jornais ou por meio de ações, através de manifestações, passeatas, etc. Contudo, podemos analisar superficialmente, que a adesão a esta ideologia, funciona como um mecanismo que os países utilizaram para se blindar face ao perigo iminente de guerra durante o período da guerra fria, e do comunismo,

Com o advento da guerra fria, elementos da teoria da guerra total e do confronto inevitável das duas superpotências incorporaram-se à ideologia da segurança nacional na América Latina. A forma específica por ela assumida na região enfatizava a “segurança interna”, face à ameaça de “ação indireta” do comunismo (ALVES, 2005, p. 39).

Cabe nesse momento pontuarmos que essa ênfase, que é citada no trecho acima, ocorre devido “o crescimento de movimentos sociais da classe trabalhadora” (ALVES, 2005, p. 40), a partir desse aumento, é que ocorre esse foco na “ameaça da subversão interna e da guerra revolucionária” (ALVES, 2005, p. 40). Alves (2005) ainda ressalta o caráter distinto que esta ideologia latino-americana de segurança nacional possui no caso brasileiro, pois segundo ela, esse ideal “volta-se especificamente para a ligação entre desenvolvimento econômico e segurança interna e externa” (ALVES, 2005, p. 40). Percebemos então, que há diversas ramificações e variantes para essa doutrina de segurança, e cada caso necessita ser estudado em seu contexto de atuação, por isso, o nosso foco aqui em diante será na doutrina utilizada na conjuntura brasileira. A ideologia de segurança nacional, apresenta aos países o caráter nocivo que a ideologia comunista detém. A partir do momento em que é ponderada a necessidade de combatê-la quando a caracterizam como uma ameaça. Contudo, é possível notarmos ao longo da história, que a ideologia política teorizada por Karl Marx, sempre foi alvo de diversas críticas mas, um dos fatores que aumenta exponencialmente esse sentimento antimarxista é quando ocorre a tomada do poder pelos Bolcheviques em 1917, durante a Revolução Russa, “o que antes era somente uma promessa e uma possibilidade teórica, transformou-se em existência concreta.” (MOTTA, 2000, p. 5). A partir do momento em que, aquilo que estava teorizado no papel, ganha vida e se transforma em uma grande nação, o sentimento de medo do comunismo é algo disseminado no meio intelectual e urbano. No entanto, ao mesmo tempo que alguns sentiam pavor, outros enxergavam no comunismo a esperança necessária para tempos tão caóticos, pois foi nesse contexto de crise na sociedade liberal, devido aos pós Primeira Guerra, que ocorreu um relevante aumento da influência dos ideais comunistas (MOTTA, 2000, p. 5). Ao mesmo tempo em que temos um cenário propenso a disseminação das ideias comunistas, temos de igual modo, uma conjuntura que alavanca o medo dessa ideologia.

Após compreendermos como ocorre essa primeira disseminação da ideologia de segurança nacional na América Latina, e passando pela forma que ela se adequa ao contexto brasileiro, percebemos o quanto ela apresenta possuir um caráter mutável e adaptável, a conjuntura que for necessária. Ao compreendermos um pouco dessa história da ideologia de Segurança Nacional e seus preceitos, podemos estar nos perguntando, como ela se infiltra nos quartéis gerais, tendo em vista que os generais responsáveis pelo golpe de 1964, e pela ditadura instaurada, eram militares da elite das forças armadas, com o maior grau de instrução.

Podemos constatar estas afirmações, quando nos recordamos acerca da patente que o encarregado do inquérito possui, ou seja, isso nos desvela que não eram militares de baixa patente que estavam a frente desse governo, mas, era a elite das forças armadas. O nosso segundo objetivo dentro desse primeiro capítulo, é compreender como que essa ideologia é disseminada dentro dos quartéis e que acaba por influenciar esses militares.

### 1.1 A ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA E A DOUTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL E DESENVOLVIMENTO

Nesta segunda parte, teremos o intuito de compreender a formação e o propósito da Escola Superior de Guerra (ESG). Igualmente, intentaremos abarcar a forma como ela idealiza sua doutrina de segurança nacional e a dissemina na esfera militar. Da mesma forma, buscaremos assimilar como a doutrina acaba por impactar o golpe de 1964 e a ditadura que há de sobrevir sob o comando dos militares. “Em 22 de outubro de 1948, o Decreto n. 25.705 tornava o Curso de Alto Comando aberto também à Marinha e à Aeronáutica, determinando ainda a criação de uma Escola Superior de Guerra, com a finalidade de ministrá-lo” (MANSAN, 2017, p. 831). Podemos constatar que a ESG é fruto de um decreto, ou seja, fez parte da política governamental do governo Dutra mas também, é consequência da necessidade de incorporar um número superior de militares ao Curso de Alto Comando, tornando assim possível que as outras duas forças armadas, além do exército, participassem deste curso. As primeiras ações tomadas para a criação da ESG, além do decreto, ocorrem no mesmo ano, em dezembro de 1948 quando,

um grupo de militares brasileiros liderados pelo general Cordeiro de Farias e auxiliado por três militares estadunidenses – chefiados pelo coronel Harvey e atuantes no Brasil até 1960 – elaborou as diretrizes para a criação de um instituto de altos estudos voltados para o binômio segurança e desenvolvimento e atuante nas áreas de ensino e pesquisa (MANSAN, 2017, p. 831).

Esses primeiros estudos liderados pelo general Cordeiro de Farias, detém uma característica fundamental para a ESG. Serão estudos que marcarão a ideologia proposta pela escola. Contudo, o binômio elaborado se transformará em um pilar da escola, construindo uma identidade para ela. Essa pesquisa elementar, será registrada pelo “tenente-coronel Idálio Sardenberg em 1949, em um documento intitulado *Princípios Fundamentais da Escola Superior de Guerra*” (MANSAN, 2017, p. 832). Este documento trazia diversas diretrizes, segundo Mansan (2017), “a noção de segurança nacional era ampliada com base na concepção de indissociabilidade e mútua determinação entre segurança e desenvolvimento, fundamento da ESG desde então até os dias atuais” (MANSAN, 2017, p. 832). Finalmente, em 20 de agosto



de 1949, por meio da Lei nº 785/49, a ESG é fundada e seu primeiro comandante será o Marechal Cordeiro de Farias. (MANSAN, 2017). A lei referente a criação da escola possui onze artigos, todavia, o seu segundo artigo evidencia com qual intuito a ESG é criada, “Art 2º A Escola Superior de Guerra funcionará como centro permanente de estudos e pesquisas e ministrará os cursos que, nos termos do artigo 4º, forem instituídos pelo Poder Executivo” (BRASIL, 1949). Conseguimos ver a partir desse artigo, que ela possui uma função específica instituída por lei relacionada ao ensino, ou seja, funcionará como um centro para qualificação dos militares brasileiros, destinada “a desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários para o exercício das funções de direção e para o planejamento da segurança nacional” (BRASIL, Art 1º, 1949). Contudo, esta qualificação não ficará restrita somente aos militares, pois ela também abre a possibilidade que civis ingressem ao seus cursos, “a ESG não se preocupava somente com a preparação de altos oficiais: incluía em seus cursos civis dos setores dominantes, nas condições de professores do quadro permanente e convidados, conferencistas e alunos” (FERNANDES, 2009a, p. 842). Mansan (2017), explica essa abertura como uma tentativa da ESG de constituir “um grupo selecionado ou elite, capaz de assumir os encargos da direção e de administração do esforço nacional [...]” (MANSAN, 2017, p. 832). O que o autor nos evidencia, é que ocorre uma preparação de civis, para ocuparem cargos importantes que contribuam com o desenvolvimento proposto pela doutrina de segurança nacional e desenvolvimento. Fernandes (2009a), ainda nos expõe um dado em seu artigo, que nos revela que “entre 1950 e 1967, quase 50% dos graduados na escola militar eram civis” (FERNANDES, 2009a, p. 842). A partir desse dado, podemos perceber o quão convidativo foi aos civis, participarem dos cursos da ESG. Para Alves (2005), essa postura da ESG acaba por consolidar “uma rede militar-civil que institucionalizou e disseminou a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento” (ALVES, 2005, p. 40).

Na medida que compreendemos um pouco do início da Escola Superior de Guerra, podemos nos dedicar a compreender como é construída essa Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. A partir de 1950, a ESG iniciava a elaboração da doutrina de segurança (MANSAN, 2017, p. 832). Podemos verificar essa informação quando acessamos o site oficial da Escola Superior de Guerra e observamos que em um dos parágrafos da aba “histórico”, o autor nos desvela a informação acerca da preparação da doutrina da escola, que segundo o site, estava sendo preparada durante o comando do marechal Cordeiro Farias e isto dá continuidade quando o Marechal Juarez Távora assume a ESG (BRASIL, Histórico ESG). É durante seu

comando, que ocorre a ascensão de um dos personagens fundamentais na construção da doutrina de segurança nacional e desenvolvimento, o General Golbery do Couto e Silva.

Golbery do Couto e Silva, era tenente-coronel quando “em março de 1952 passou a adjunto do Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra” (RAMOS, CPDOC/FGV). Quando ele passa a integrar a ESG ele encontra “condições favoráveis para impulsionar suas teses, que condicionam à segurança nacional o êxito de um projeto global de desenvolvimento” (RAMOS, CPDOC/FGV). É importante destacarmos o papel fundamental que a ESG detém, ao utilizar da ideologia de Golbery para produzir o *Manual Básico da Escola Superior de Guerra*. É a partir deste manual, que a ESG adapta a doutrina de segurança nacional para o contexto brasileiro, sendo transformada em Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, “a doutrina da escola evoluiu de uma definição parcial de segurança interna e externa para uma visão mais abrangente de segurança nacional integrada ao desenvolvimento econômico” (ALVES, 2005, p. 41). É necessário destacarmos que não foi somente Golbery que esteve à frente do desenvolvimento da doutrina, mas, ela foi “formulada pela ESG, em colaboração com o IPES e o IBAD, num período de 25 anos. (ALVES, 2005, p. 42). Contudo, a ESG terá o papel de “pólo teorizador da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento” (ALVES, 2005, p. 42). Percebemos então, que não foi um trabalho simples, mas algo que demandou tempo e colaboração entre as instituições.

A partir do momento em que esta doutrina está finalmente concluída, inicia-se o momento de disseminá-la no meio militar e civil. Como vimos, essa difusão ocorre de maneira controlada pela ESG, através de seus cursos. No entanto, Mansan (2017) nos expõe argumentos, que nos evidenciam como os conflitos externos acabam por impactar a adesão dessa doutrina em solo brasileiro. Segundo ele, o clima de insegurança gerado pela Guerra Fria, acaba por influenciar alguns setores da sociedade brasileira. Estes grupos passam a deter essa desconfiança, com os rumos do país, devido aos “conflitos políticos e os problemas econômicos internos, associados à tensão do contexto latino-americano, aprofundado significativamente após a crise dos mísseis [...]” (MANSAN, 2017, p. 832-833). A partir dessas problemáticas apresentadas por Mansan (2017), podemos compreender o contexto caótico em que alguns grupos estavam assentados, principalmente aqueles que se opunham às ideologias de esquerda. Nesta conjuntura é que muitos grupos sociais acabam por enxergar a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento algo mais atraente. Após 1959 ela passa “a ser amplamente aceita por setores militares, preocupados com a segurança interna diante do que consideravam a

ameaça do comunismo internacional” (MANSAN, 2017, p. 833). Novamente retornamos a temática do medo do comunismo, algo que é estritamente intrínseco a este corte temporal, e que condiciona algumas pessoas, a partir do medo, a tomarem atitudes que em condições normais, não tomariam.

## 1.2 OS TRÊS ELEMENTOS DA DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL E DESENVOLVIMENTO

“A Doutrina de Segurança Nacional começa com uma teoria da guerra. Os preceitos da ESG abrangem diferentes tipos de guerra: guerra total; guerra limitada e localizada; guerra subversiva ou revolucionária; guerra indireta ou psicológica” (ALVES, 2005, p. 43). Ao longo do texto podemos ter ferramentas para caracterizar cada tipo de guerra, e assim, compreendermos como que cada tipo de “inimigo” age contra o estado. Alves (2005), inicia nos apresentando dois tipos de guerra, a guerra clássica e contemporânea, “A guerra clássica, ou convencional, é politicamente declarada, sendo por natureza limitada. É basicamente concebida como uma guerra de agressão externa, combatida entre Estados e na qual um país declara guerra a outro em reação a um ataque externo” (ALVES, 2005, p. 44). Podemos visualizar a teoria de guerra clássica, na prática, utilizando como exemplo a Primeira e a Segunda Guerra, onde haviam Estados estabelecidos guerreando entre si devido a um ataque externo e a partir de uma evidente declaração de guerra. Por definição, a guerra convencional é “uma guerra de ataque e defesa, mas de uma população unida contra um inimigo externo definido” (ALVES, 2005, p. 44). O ponto central da teoria de guerra convencional, para este trabalho, é a existência de um inimigo definido, porém, não é um inimigo interno, mas sim externo. Este ponto é crucial para compreendermos as próximas formas de guerra que iremos abordar. Para a nossa pesquisa, é fundamental termos como pressuposto estes fundamentos da guerra convencional, pois, a guerra contemporânea foge de alguns desses padrões.

[...] a guerra contemporânea, segundo esta teoria, assume diversas formas: guerra nuclear, em sua forma total ou ilimitada; e guerra limitadas ou localizadas, pelas quais as duas superpotências medem suas respectivas capacidades de controlar determinados territórios, mas quase caem na guerra nuclear total. Além disso, a guerra pode ser declarada ou não-declarada, referindo-se esta última classificação às formas de guerra revolucionária ou de insurreição (SILVA, 1981, p. 24 *apud* ALVES, 2005, p.43-44).

A partir da conceituação de guerra contemporânea, são desveladas outras formas de guerra. O ponto fundamental que o trecho acima destaca, é a possibilidade de se haver uma

guerra declarada e não-declarada, expondo assim duas formas novas de guerra, a revolucionária e a guerra de insurreição. Conseguimos analisar alguns aspectos que as diferenciam de uma guerra clássica. O primeiro, é a possibilidade de existir uma agressão indireta, enquanto no modelo convencional o inimigo era evidente e a agressão era externa praticada por um Estado definido. O segundo ponto, é a probabilidade de não ocorrer o ato político de declaração de guerra, algo que é indissociável da teoria de guerra clássica. Com o advento da teoria de guerra contemporânea, essas necessidades se dissipam e nos é apresentado a viabilidade de que a agressão ao invés de externa, como no modelo clássico, se tornar uma agressão interna. “A guerra não-declarada ou não clássica, por outro lado, é uma guerra de agressão indireta: “pode incluir o conflito armado no interior de um país entre partes de sua população”.” (Manual Básico da ESG *apud* ALVES, 2005, p. 44). A principal teoria de guerra que devemos nos atentar nesse momento, é a revolucionária e a de insurreição. Para conseguirmos discernir melhor a diferença entre essas duas últimas teorias de guerra, utilizaremos dos conceitos dispostos do Manual Básico da ESG, utilizado por Alves (2005),

Guerra insurrecional: conflito interno em que parte da população armada busca a deposição de um governo. Guerra revolucionária: conflito, normalmente interno, estimulado ou auxiliado do exterior, inspirado geralmente em uma ideologia, e que visa à conquista do poder pelo controle progressivo da nação (p. 44)

O princípio fundamental dessas duas teorias, é que o conflito se dá internamente no país, ambos visando a conquista do poder, entretanto, a grande diferenciação entre as duas é que a guerra revolucionária possui dois fatores condicionantes, o primeiro é que ela contará com o auxílio vindo de um país do exterior, e o segundo que as suas ações serão orientadas por uma ideologia. Todavia, o Manual Básico da ESG teoriza o conceito de guerra revolucionária de modo mais abrangente,

O Manual Básico também deixa claro que o conceito de guerra revolucionária não envolve necessariamente o emprego da força armada. Abrange toda iniciativa de oposição organizada com força suficiente para desafiar as políticas de Estado. Além disso, a guerra revolucionária é automaticamente vinculada à infiltração comunista e a iniciativas indiretas por parte do comunismo internacional controlado pela União Soviética”. (ALVES, 2005, p. 44-45)

Podemos perceber ainda na guerra insurrecional, uma alusão a prática adotada pelas ações comunistas, podemos exemplificar esta questão analisando a Revolução Cubana em 1959, quando a população liderada por Fidel Castro, derruba o então presidente pela força das armas. Quando passamos para analisar a guerra revolucionária, é desvelado um panorama

autoritário por parte da teoria. Realizemos um trabalho de imaginação ao pensarmos em um partido político, que realiza oposição ao governo, e detém um alto número de participantes. Se o governo se utiliza dessa teoria, e se sente ameaçado por esse partido, pode ocorrer que esse estado interprete que o partido esteja realizando uma guerra revolucionária, a partir do momento em que não há a necessidade de uma declaração evidente de guerra. Essa situação hipotética por mais que seja simples, nos desvela o quão arbitrária essa teoria pode ser, devido a sua fundamentação no plano da interpretação.

Para a ESG, a guerra revolucionária (ou contra-insurgente), devia ser primordial para a variante nacional da doutrina, partindo do pressuposto de que a União Soviética considerava essa modalidade de guerra como a mais importante para controlar os países do Terceiro Mundo (FERNANDES, 2009b, p. 19)

É perceptível a importância que a teoria da guerra revolucionária detém, contudo, é fundamental para nós pontuarmos esse pressuposto estabelecido por Fernandes (2009b), no trecho acima, ela destaca que a ESG enxerga essa forma de guerra, como a utilizada pela União Soviética, para conquistar os apoiadores da causa comunista. No Manual Básico da ESG, ocorre uma discussão acerca dessa temática enfatizando que os países comunistas possuem um desejo de expansão e domínio do mundo (Manual Básico da ESG *apud* ALVES, 2005, p. 45). E eles saciam esse seu desejo a partir da guerra revolucionária comunista, que “tem como característica principal o envolvimento da população do país-alvo numa ação lenta, progressiva e pertinaz visando à conquista das mentes” (Manual Básico da ESG *apud* ALVES, 2005, p. 45). Essa teoria construída pela ESG da ação do comunismo e da União Soviética, é algo para refletirmos. Pois essa concepção de domínio global do comunismo, acaba por ser disseminada para diversos militares e civis, como vimos mais acima, e esta concepção é algo presente até os dias atuais, podemos ver que este discurso permanece em alguns setores do conservadorismo brasileiro. A ESG intitula essa teoria como “estratégia de ação indireta”, e acaba por conceituá-la em seu manual,

segundo a teoria da ESG, as forças do comunismo internacional planejam cuidadosamente e montam campanhas de propaganda e outras formas de manipulação ideológica que são em seguida aplicadas secretamente no “país-alvo”, de modo a atrair setores da população e debilitar a capacidade de reação do governo (Manual Básico da ESG *apud* ALVES, 2005, p. 46)

A partir da conceituação dessa estratégia de ação indireta, conseguimos perceber como a ESG delimita cada passo dessas chamadas “forças do comunismo internacional”. O objetivo é sempre atacar o governo. Esse é objetivo final, para a ESG, do plano de ação do comunismo em qualquer que seja o “país-alvo”. Então podemos notar que há uma espécie de

conspiração, relacionada a ação do “comunismo internacional”. O que indiretamente faz causar uma bolha de insegurança e medo na sociedade. Porque a partir do momento, em que é disseminado que há uma grande potência com um plano mundial de dominação, e este plano ocorre de maneira secreta e indireta. De uma forma ou de outra, esse sentimento é causado nas pessoas, devido a insegurança e a falta de informações.

Ainda tratando sobre essa intitulada “estratégia de ação indireta”, podemos perceber que ao longo das citações é sempre mencionado o termo “país-alvo”. Existe também o conceito de “público-alvo”. Este público alvo que está dividido em dois grupos, o público interno e o público externo. O público interno, está circunscrito a “militares da ativa e da reserva ou civis que trabalham em Ministérios militares, assim como a Polícia Militar e outras forças paramilitares” (ALVES, 2005, p. 47). Entretanto o público externo é constituído de “estudantes, líderes sindicais, meios de comunicação impressos e eletrônicos, grupos sociais influentes, como intelectuais, profissionais, artistas e membros de diferentes ordens religiosas” (Manual Básica da ESG *apud* ALVES, 2005, p. 47). Percebemos então que este público alvo é constituído de indivíduos de diversos segmentos sociais. Não se é descartado nenhum grupo social, até mesmo aqueles que realizam uma mínima atividade de estar sendo membro de uma ordem religiosa, estão presentes o radar desse “comunismo internacional”, o que reforça o discurso de que todos estão suscetíveis a terem as suas mentes conquistadas, devido a isso é necessário estar o tempo todo alerta.

O objetivo desta estratégia indireta, em se dispersar por vários ramos da sociedade, é para justamente utilizar dessa vantagem de estar “entre os grupos civis e políticos e conquistar posições de liderança para impor um clima de oposição ativa ao governo do país” (ALVES, 2005, p. 47) e com a adesão de um número grande de indivíduos essa “campanha psicológica estimula a população a empenhar-se na oposição direta, a simpatizar com as reivindicações da oposição e eventualmente incitar à revolta contra as autoridades constituídas” (ALVES, 2005, p. 47). É interessante perceber a preocupação que a Doutrina de Segurança Nacional detém com a constitucionalidade dos governos instituídos. E novamente é apresentado pela ESG esse objetivo que o comunismo detém de atacar o governo instituído e criar uma oposição contra as autoridades, repito novamente, podemos ver claramente o caráter antidemocrático dessa doutrina ao estabelecer esse tipo de censura contra a oposição. Contudo, apesar da ESG deter tanto domínio acerca dessa “estratégia indireta”, ressaltam que há um problema para combatê-la, esta adversidade está localizada em algo que é fundamental na doutrina, “o principal

problema para o Estado, no combate a esta estratégia indireta do comunismo, consiste em que, potencialmente, o inimigo está em toda parte” (ALVES, 2005, p. 47).

Neste momento, estamos diante de um dos principais conceitos que condicionam a experiência da ditadura militar no Brasil. A partir do momento, em que a ESG destaca a ação desta “estratégia indireta do comunismo”, e fundamentada nela nos elucida que a partir do momento em que todas as pessoas estão inseridas no público alvo, que já discutimos, não há como discernir quem está “infectado” quem está se “infectando” ou permanece longe do vírus do comunismo, “por definição, portanto, torna-se suspeita toda a população, constituída de “inimigos internos” potenciais que devem ser cuidadosamente controlados, perseguidos e eliminados” (ALVES, 2005, p. 45). Esta afirmação escancara aquilo que já estávamos vendo ao longo deste trabalho, o caráter autoritário que as teorias a ESG acabam por tomar ao longo da sua busca ensandecida pelo desenvolvimento à custa da segurança nacional,

é evidente que semelhante doutrina põe em sério risco a defesa dos direitos humanos. Quando é impossível determinar com exatidão quem deve ser tido como inimigo do Estado e que atividades serão consideradas permissíveis ou intoleráveis, não haverá garantias para o império da lei, o direito de defesa ou a liberdade de expressão e associação (ALVES, 2005, p. 48).

Estas palavras de Maria Helena Moreira Alves, são mais do que suficientes, para ilustrar como é perigosa essa teoria do “inimigo interno”. Porque ela está baseada na interpretação daquele que detiver o poder, se a sua atitude, afiliação ideologia política, for considerada subversiva aos padrões impostos, você será cuidadosamente controlado, perseguido e eliminado, como citamos mais acima.

Além da teoria de guerra, que a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento possui também dois outros importantes elementos. O primeiro, está relacionado com as condições geográficas do Brasil e o segundo referente ao desenvolvimento econômico brasileiro. Interessante pensarmos como essas duas teorias acabam por se complementar. A teoria geopolítica, será fruto de um estudo geopolítico realizado pelo General Golbery do Couto e Silva chamado Geopolítica do Brasil (ALVES, 2005, p. 54). Neste livro, ele irá desenvolver uma tese relacionada a projeção de desenvolvimento que uma nação detém com base nas condições geográficas que ela está inserida. Em suma, ele leva em consideração a posição privilegiada que o Brasil detém, territorial e de recursos minerais e afirma que o Brasil possui uma superioridade em relação aos demais países da América do Sul, devido a essas características que ele detém (ALVES, 2005, p. 55). Essa teoria induz os militares a acreditarem “com toda evidência no “destino manifesto” do Brasil, em sua posição geograficamente

estratégica e em seu potencial para alcançar uma posição de superpotência” (ALVES, 2005, p. 56). O terceiro elemento da Doutrina, aborda acerca da relação segurança nacional e desenvolvimento econômico, “os dois componentes são associados: não pode haver Segurança Nacional sem um alto grau de desenvolvimento econômico” (ALVES, 2005, p. 57). Esta teoria possui três pilares fundamentais, que são explicitados por Alves (2005, p. 60-61), o primeiro aborda o modo escolhido pela Doutrina, esse modelo é o “capitalista baseado numa aliança entre capitais de Estado, multinacionais e locais” (p. 60), ou seja, proporcionar uma abertura para as multinacionais para acelerarem o desenvolvimento econômico. O segundo pilar, está associada a noção de que é necessário um meio “de controlar o meio político e social, de como a garantir um clima atraente para o investimento multinacional” (p. 60) e para garantir esse clima atraente, um dos métodos propostos no Manual Básico da ESG, é povoar as regiões com baixo índice populacional, para evitar áreas “vulneráveis à agressão comunista” (p. 61). E o terceiro e último pilar, elucida que o desenvolvimento econômico não está focado na melhora da qualidade de vida da população, mas sim, em “aumentar o potencial do Brasil como potência mundial” (p. 61).

A partir das discussões que foram estabelecidas, nos encaminharemos ao último tema a ser trabalhado nesse primeiro capítulo, o Estado de Segurança Nacional.

### 1.3 O ESTADO DE SEGURANÇA NACIONAL

Nesta quarta e última parte do primeiro capítulo, iremos abordar acerca do Estado de Segurança Nacional. A discussão estabelecida nas páginas acima, detém o objetivo final de compreendermos o que é esse estado e como ele é instaurado no Brasil. Iniciaremos a nossa discussão a partir do acontecimento que ocorreu no dia 1º de abril de 1964, o golpe de civil-militar. A partir da deflagração do golpe, e a remoção do então presidente João Goulart, “no dia 3 de abril de 1964, o Congresso Nacional declarou vago o cargo de presidente da república” (FERNANDES, 2009b, p. 63). Em uma situação da vacância da presidência, legalmente, quem assumiria o cargo seria o presidente da Câmara dos Deputados. Entretanto, Alves (2005, p. 63) nos alerta que “Ranieri Mazzili funcionava como testa-de-ferro, estando o poder de facto nas mãos do Alto Comando da Revolução”. A partir do momento em que a Junta Militar assume o poder, podemos considerar, que ali se inicia o Estado de Segurança Nacional, porque teremos um governo se pautando pelas teorias e diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional. Este



denominado “Alto Comando da Revolução”, estaria constituído por três militares cada um representando uma força armada, seria integrado pelo “General Arthur da Costa e Silva, o Almirante Augusto Rademaker e o Brigadeiro Correia de Mello” (ALVES, 2005, p. 63). Esta Junta Militar, assume o governo, com um discurso com diversas promessas,

A Junta militar prometia “restaurar a legalidade”, reforçar as “instituições democráticas ameaçadas” e restabelecer a “composição federativa da nação”, rompendo o poder excessivamente centralizado do governo federal e devolvendo poderes aos Estados. Prometia, sobretudo, “eliminar o perigo da subversão e do comunismo” e punir os que, no governo, haviam enriquecido pela corrupção. (FILHO, 1976, p. 390 *apud* ALVES, 2005, p. 63).

Torna-se interessante destacarmos a promessa de “restaurar a legalidade”, aludindo que as práticas do governo João Goulart não estavam trilhando um caminho de legalidade, quando na verdade a quebra da legalidade decorre do golpe instaurado pelos militares. E novamente reforçam a promessa fundamental de eliminar os perigos da subversão e do comunismo. A partir dessa afirmação, esta Junta passa a ilustrar que o objetivo é a eliminação daqueles que detém uma posição ideológica adversa. Essa busca em expurgar o mal comunista, acaba por entrar em desacordo com as promessas que foram feitas pela Junta, de “restabelecimento da legalidade e fortalecimento das instituições democráticas” (ALVES, 2005, p. 63-64). Esta situação deriva das medidas que serão adotadas pelo governo para eliminar esses chamados “inimigos internos”. Essas deliberações que o governo fará, estarão pautadas na teoria do “inimigo interno” apresentada pela Doutrina de Segurança Nacional, ela define que com a aparição de inimigos internos, o governo necessita de instituições que o auxilie no combate a esses opositores. Alves (2005, p. 48), nos expõe quais seriam essas medidas, a primeira ação que o estado necessita realizar é “criar um Aparato Repressivo e de controle armado capaz de impor sua vontade e, se necessário, coagir a população”, a segunda medida está na necessidade de se criar uma “rede de informações políticas para detectar os “inimigos””. A mesma autora, ainda nos elucida que a partir dessas medidas que serão utilizadas tanto para eliminar os comunistas, quanto para expurgar a base governamental instituída por Goulart, levam a “institucionalização do Estado de Segurança Nacional” mas, ela discorre também que para a edificação desse estado, houveram diversas reformulações de “planos e normas e de expansão da abrangência do poder coercitivo” (ALVES, 2005, p. 64).

A primeira medida tomada pela Junta Militar, que inaugura as bases legais para a introdução da Doutrina de Segurança Nacional e da consolidação do Estado de Segurança Nacional, foi a promulgação do Ato Institucional (AI) nº 1. Este que foi estabelecido dia nove de abril de 1964, ou seja, oito dias após o golpe, e “autorizava a cassação de direitos políticos

por dez anos, de qualquer pessoa, cortando mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, sem possibilidade de julgamento judicial destas medidas” (VIEIRA, 2000, p. 192). Para uma melhor compreensão, utilizo-me das palavras de Alves (2005, p. 67) para explicar o que significa literalmente a perda dos direitos políticos, “a suspensão dos direitos políticos eliminava o direito de voto, de candidatura eleitoral e de participação em atividades político-partidárias”. Esta descrição de Vieira (2000), por mais que seja superficial, ela enfatiza uma das principais funções que o AI 1 deteve, que será conhecida como a “Operação Limpeza”. Esta ação do governo detinha o objetivo de varrer “todos os que estiveram ligados ao governo anterior, a partidos políticos considerados comunistas ou altamente infiltrados por comunistas e a movimentos sociais do período anterior a 1964” (ALVES, 2005, p. 72). Além dessa varredura que será feita no meio político e civil, o AI 1 irá limitar os poderes do Congresso Nacional e do Legislativo, centralizando esse poder no Executivo (ALVES, 2005, p. 66). Podemos identificar o Ato institucional nº 1 como o primeiro mecanismo do Aparato Repressivo. A partir do momento em que utilizando-se da cassação de direitos políticos, ele passa a silenciar, politicamente, milhares de pessoas por dez anos<sup>1</sup>.

A instituição responsável por realizar o serviço de informação, para o Estado de Segurança Nacional, será o Serviço Nacional de Informações (SNI), criado formalmente pelo Decreto-Lei nº 4.341 de 13 de junho de 1964. (FILHO, 1976, p. 72 *apud* ALVES, 2005, p. 87). A SNI será uma instituição que perpassa todos os anos da ditadura. Ela será fundamental para a ideologia de governo utilizada pelos militares baseada na doutrina, surge com o objetivo de “coletar e analisar informações pertinentes à Segurança Nacional, à contra-informação e à informação sobre questões de subversão interna” (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO *apud* ALVES, 2005, p. 88). Em suma, ela funcionaria como uma instituição parceira do poder Executivo, os munindo de informações sobre “o que se passa no país, para que possa agir com acerto e oportunidade” (ALVES, 2005, p. 87). Podemos perceber, após essa discussão, que o SNI nasce com um propósito de auxiliar o governo estabelecido, trazendo as informações necessárias para o aprimoramento das ações desse governo, contudo, em algum momento essas intenções iniciais acabam por ser esquecidas e o SNI se transforma “numa agência de espionagem dos cidadãos; numa situação em que se verificava impossível isolar o “inimigo interno”, todos eram suspeitos” (ALVES, 2005, p. 87). Essa será o verdadeiro modo de atuação do SNI, uma agência de espionagem, que corrobora com aquilo que a Doutrina de Segurança

---

<sup>1</sup> Segundo Alves (2005, p. 72), “cerca de 50 mil pessoas foram presas em todo o país nos primeiros meses após a tomada do poder”.

Nacional alerta, sobre a necessidade de vigiar a população para que assim identifique quem são os verdadeiros inimigos internos, deve-se salientar que o SNI integra, ainda o Aparato Repressivo do Estado de Segurança Nacional, este aparato que será desenvolvido e aprimorado ao longo dos anos de ditadura, com a decretação de outros atos institucionais e de novas instituições de repressão.

## CAPÍTULO 2 - O INQUÉRITO

O primeiro capítulo discute as teorias e ideologias que estavam presentes no contexto de 1969-1970. Neste segundo capítulo, estaremos focados em discutir a nossa fonte, o Inquérito Policial-Militar (IPM) nº 899 de 24 de janeiro de 1970. Primeiramente, devemos pontuar que a base para a constituição desses inquéritos formulados no período ditatorial, surge na promulgação do Ato Institucional nº 1. Em seu oitavo artigo, ele “estabelecia que os inquéritos e processos seriam instaurados “visando à apuração da responsabilidade pela prática de crime contra o Estado ou seu patrimônio e a ordem política e social ou de Atos de guerra revolucionária” (ALVES, 2005, p. 67). Percebemos que os inquéritos surgem com um objetivo evidente de ser um meio legal, para a investigação de atos de guerra revolucionária. É interessante pontuarmos a utilização da palavra atos, pois a guerra revolucionária será legislada como crime com a implementação da Lei de Segurança Nacional. Contudo, os IPMs serão somente instituídos no dia 27 de abril de 1964 por meio de um decreto-lei instituído pelo governo Castelo Branco (ALVES, 2005, p. 68).

Os inquéritos policial-militares deveriam investigar as atividades de funcionários civis e militares, de níveis municipal, estadual e federal, para identificar os que estavam comprometidos com atividades “subversivas”. Os IPMs constituíram o mecanismo legal para a busca sistemática de segurança absoluta e eliminação do “inimigo interno” [...]. (ALVES, 2005, p. 68-69)

Alves, nos evidencia primeiramente qual é o objetivo desses inquéritos. Em um segundo ponto nos aponta que todos os setores da sociedade estavam suscetíveis a serem investigados, a partir do momento em que são considerados subversivos para a população e para o Estado. Alves (2005, p. 70), discute que os IPMs detinham diversas falhas de fundamentação jurídica, o que ocasionava, em alguns casos, que “o testemunho da “opinião pública” era suficiente, em certos casos, para provar as atividades subversivas ou revolucionárias”. A partir do momento em que algum indivíduo fosse acusado era o suficiente para “desencadear uma série de perseguições que podiam incluir prisão e tortura” (ALVES, 2005, p. 71). Percebemos assim, o poder que o inquérito possuía na sociedade e esse poder estava restringido na mão de poucos, que seriam conhecidos como “coronéis”, “os IPMs tornaram-se uma fonte de poder de facto para o grupo de coronéis designados para chefiar ou coordenar as investigações. Configuraram o primeiro núcleo de um Aparato Repressivo [...]”. (ALVES, 2005, p. 69), e esses inquéritos serão utilizados por alguns “políticos da UDN que frequentemente perdiam eleições passaram a valer-se do recurso de acusar seus adversários políticos de atividades “subversivas”, envolvendo-os em algum IPM para eliminar a

concorrência indesejada” (ALVES, 2005, p. 69). Percebemos que este mecanismo, além de cumprir o seu objetivo inicial, também foi utilizado como força política para deslegitimar alguns políticos. Podemos perceber as fragilidades jurídicas que esse modelo de investigação possuía. Contudo, em nosso caso específico, o sequestro do embaixador, é uma ação que pode ser caracterizada como guerra revolucionária, a partir da lógica da Doutrina de Segurança Nacional. Devemos pontuar que os IPMs surgem com o AI-1, mas o nosso em específico, terá a sua legislação sustentada a partir da Lei de Segurança Nacional de 1969, pois, o AI-1 possuirá um tempo de duração e conseqüentemente as suas diretrizes também possuem, portanto, os IPMs serão “renovados” ao longo dos atos institucionais.

A fonte que foi selecionada está dividida em duas partes, a primeira parte é onde podemos encontrar o Ofício nº 60-IPM, e a segunda parte encontramos o relatório realizado pelo General Tasso Villar, que complementa as informações dispostas no ofício. Para realizarmos esta análise, devemos levar em considerações as temáticas trabalhadas no capítulo 1, especialmente as questões que envolvem a Doutrina de Segurança Nacional e suas influências no modo de governo brasileiro. O exercício que proponho nesta etapa é nos dedicarmos a discutir integralmente o inquérito, realizando uma análise do discurso utilizado pelo General Tasso Villar para compreendermos como a Doutrina de Segurança Nacional, influencia a narrativa desenvolvida. E a partir dessa influência, compreender qual o impacto dessa doutrina no meio civil-militar.

Partindo desse pressuposto, devemos inicialmente compreender o que é um discurso, segundo Michel Foucault (1996, p. 8), em seu livro *A ordem do discurso*, o discurso é aquilo que se é pronunciado ou escrito, ou seja, podemos compreender o discurso, como uma forma de comunicação. Logo, conseguimos interpretar que os militares ao redigirem qualquer documento estavam produzindo um discurso. Foucault (1996), constrói uma hipótese pertinente acerca da produção dos discursos nas sociedades,

[...] suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (p. 8-9)

Foucault, teoriza o modo de produção dos discursos na sociedade. O que nos serve de base e alerta, para compreendermos que todo tipo de discurso é algo construído, ou seja, que existem mecanismos para realizar a sua produção. Foucault, no pequeno trecho acima, nos apresenta algumas características da produção do discurso, ele é controlado, selecionado,

organizado e redistribuído e este discurso têm como função “conjurar seus poderes e perigos”. O que nos revela um caráter fundamental na obra de Foucault, que é relação entre discurso e poder, para enfatizar essa afirmação retorno a sua obra quando, ele nos elucida que, “[...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 1996, p. 10). Então, podemos perceber que há uma interligação proposta por Foucault, entre discurso e poder, ou seja, que aqueles que são detentores do discurso possuem uma posição de poder sobre os demais. Ele discute essa ideia, quando irá abordar em sua obra os métodos de exclusão do discurso, ao tratar do primeiro método intitulado interdição.

Foucault afirma que em nossa sociedade nós não temos o direito de dizer tudo que pensamos, “sabe-se que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa” (1996, p. 9), ou seja, que existem locais e pessoas apropriadas para se tratar de assuntos específicos, ele se utiliza do conceito de tabu, para explicar melhor essa condição e com essa compreensão ele apresenta a teoria do “direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala” (FOUCAULT, 1996, p. 9). É ponto fundamental aqui é compreendermos que os discursos possuem poder e são causas de lutas. Analisando, podemos mapear que a ESG constrói um discurso quando cria o Manual Básico da ESG, e o dissemina entre os militares e os civis, e esses militares que tomam o poder em 1964, passam a serem vistos como os detentores desse discurso anticomunista, logo, se tornam esses que possuem um direito privilegiado no aspecto de combate ao comunismo no Brasil.

Gregolin (1995), irá realizar uma discussão em seu artigo sobre como ao analisar um discurso “estaremos inevitavelmente diante da questão de como ele se relaciona com a situação que o criou” (p. 17), a autora aponta para aquilo que já destacamos, como o meio em que o documento é produzido se relaciona com o discurso que ele carrega. Esta ideia proposta pela autora, estabelece uma condição de leitura para esses documentos, a necessidade de compreendermos o seu contexto criacional, algo que para a tese que desejamos estabelecer é fundamental. A autora também nos aponta que ao utilizar o método da análise do discurso torna-se possível “realizarmos uma análise interna (o que esse texto diz?, como ele diz?) e uma análise externa (por que esse texto diz o que ele diz?)” (GREGOLIN, 1995, p. 17), ou seja, ao utilizar o método deve-se obter uma conclusão que expande os limites do documento, realizando justamente, uma conexão interna e externa acerca do documento.

## 2.1 RESPONSÁVEIS DIRETOS E INDIRETOS

A nossa análise estará focada na primeira parte do IPM, constituída pelo Ofício nº 60-IPM enviado ao Comandante do I Exército pelo encarregado, o General Tasso Villar de Aquino em 29 de janeiro de 1970, o assunto deste ofício será o sequestro do embaixador Charles Burke Elbrick. Inicialmente podemos realizar uma descrição superficial do documento, devemos ressaltar que este ofício possui um caráter confidencial e está estruturado em sete tópicos ao longo de dezessete páginas. No primeiro tópico exposto pelo encarregado, será o local que encontraremos o objetivo que o encarregado possui neste inquérito, que já foi apresentado no capítulo um, “apurar os responsáveis diretos e indiretos pelo sequestro do embaixador” (BRASIL, 1970, p. 1), A partir da afirmação do General, podemos interpretar a sua fala no sentido de que haveriam outros responsáveis pelo sequestro além do MR-8 e da ALN, e esses responsáveis agiram de maneira indireta, ou seja, de maneira oculta, e o encarregado vê a necessidade de identificar quem foram esses que agiram de maneira indireta auxiliando as organizações de esquerda.

Dentre os responsáveis diretos e indiretos que serão destacados pelo encarregado podemos destacar os terroristas, o comunismo internacional, a deficiência policial, a displicência do embaixador, os meios de comunicação públicos e as pessoas contrárias ao governo. Percebemos que a apuração que o encarregado faz, expande os limites do sequestro e considerando algumas áreas que não possui uma relação direta com o sequestro, esses que são considerados os responsáveis indiretos pelo sequestro. No segundo tópico o encarregado irá frisar que, “as informações que se seguem não constaram do Relatório do IPM de que fui encarregado, porque não são objeto de julgamento pela Justiça de certa forma *comprometer* as ações decorrentes dessas informações” (BRASIL, 1970, p. 1), o que nos dá a entender a partir desta fala do encarregado é que essa investigação que ele realiza não irá impactará o julgamento dos condenados, tendo em vista que não é um objeto julgável, ou seja, podemos interpretar que é um anseio do encarregado por compreender o sequestro de uma maneira mais ampla, buscando minuciosamente quem foram esses culpados, sejam eles diretos ou indiretos.

A nossa análise tem como ponto de partida o terceiro tópico em diante, onde de fato, se iniciará a discussão acerca dos responsáveis e haverá essa construção de discursos. No terceiro tópico a temática abordada será a respeito da será fragilidade e deficiência policial. O primeiro parágrafo deste tópico, nos desvela algumas coisas interessante, vejamos:

As ações terroristas, comandadas pelo comunismo internacional, têm logrado êxito, em grande parte, pela falta de entendimento, coordenação e integração das forças de reação, responsáveis pela execução das medidas preventivas e repressivas, de defesa da sociedade, contra esses perigosos inimigos internos. (BRASIL, 1970, p. 1)

Antes de adentrarmos no tema da deficiência policial, devemos primeiramente destacar alguns pontos do trecho acima, que provavelmente, irão se repetir ao longo desta análise. O primeiro que podemos salientar, é a caracterização dos grupos de esquerda, mais especificamente, do MR-8 como terrorista.

O ponto de partida dessa discussão, deve se iniciar com a adesão de alguns grupos de esquerda a luta armada. Entre esses grupos podemos citar a ALN, o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), a Ação Popular (AP) (RIDENTI, 2010). Tirando a ALN que era um grupo recente, e o PCB que já havia declarado a sua rejeição a luta armada, os demais grupos já exteriorizam a sua tendência a luta armada, porém as ações destes grupos se intensificaram a partir de 1969. Podemos identificar essa intensificação a partir da aprovação do Ato Institucional nº 5<sup>2</sup>, em 13 de dezembro de 1968. A partir da sua promulgação e execução no meio civil e político, o AI-5 pode ser interpretado como um mecanismo de repressão, além disso, ele funcionará como um artifício de enfraquecimento da oposição. Os primeiros afetados pelo surgimento do ato institucional serão os partidos políticos que serão enfraquecidos<sup>3</sup>, o movimento estudantil sofrerá um abalo devido a prisão de seus líderes<sup>4</sup> e por fim, os sindicatos também foram alvo de rigorosa repressão (ALVES, 2005, p. 171).

Ainda segundo Alves (2005, p. 171), foi a partir da instauração do AI-5 que os “setores de oposição que preconizavam a reforma mediante resistência não violenta foram grandemente enfraquecidos, entrando num período de desorganização e falta de perspectivas”. Percebemos o quão impactante esse ato institucional foi no meio da esquerda não armada, contudo, ele também acaba por impactar todo o cenário governamental, Motta (2018, p. 196), apresenta que a face mais significativa do AI-5 para o governo, são os mecanismos gerados pelo Ato institucional, que acabam por promover “um aprofundamento da ditadura”. E este

---

<sup>2</sup> Dentre os principais dispositivos que o AI-5 oferecia ao presidente da república podemos citar, “a possibilidade de fechar o Congresso Nacional, cassar mandatos parlamentares, suspender por dez anos os direitos políticos, demitir ou remover juízes, decretar estado de sítio sem qualquer impedimento, suspensão do *habeas-corpus*, legislar por decretos e proibir a análise pelo judiciário de recursos impetrados por pessoas acusadas com fundamento no AI-5” (VIEIRA, 2000, p. 197).

<sup>3</sup> Segundo Alves (2005, p. 171) o partido político mais afetado com a promulgação do AI-5, será o MDB, apesar de que alguns parlamentares da ARENA também serão integrados ao radar do “inimigo interno”.

<sup>4</sup> “O movimento estudantil debandou após a prisão de 800 de seus líderes num congresso clandestino realizado em Ibiúna, São Paulo, no final de 1968” (ALVES, 2005, p. 171).



aprofundamento acaba por impactar tanto os apoiadores quanto os opositores desse regime, Motta (2018, p. 196) nos ilustra que a ditadura, a partir do AI-5, se torna mais autoritária e mais militar, acabando por afastar aqueles civis que eram os mais aliados do regime.

É neste contexto em que esses grupos mais propensos a luta armada, segundo Alves (2005, p.172) adquirem uma posição mais predominante no meio da esquerda. A partir dos fatos narrados, podemos avaliar que essa adesão da esquerda pela luta armada é gerada, simplesmente, pela promulgação do AI-5. Contudo, Ridenti (2010, p. 64) nos alerta que esta visão possui alguns problemas na medida em que ela se baseia no “pressuposto de que não haveria hipótese de um processo de ações armadas na sociedade brasileira se as instituições estivessem funcionando regularmente [...]”, ou seja, ele nos alerta ao considerarmos essa perspectiva institucional<sup>5</sup>, para não esquecermos que outros grupos de esquerda já discutiam acerca da adoção da luta armada, para a implantação de um processo revolucionário no Brasil. Ridenti (2010, p. 64-65), justamente explica que essa condição provocada pelo AI-5, não será somente a única, mas que deteve uma grande importância e acaba por criar um contexto agradável, para que muitos militantes optassem e enxergassem na luta armada, uma via possível tanto para o combate à ditadura, quanto, para uma possível revolução.

A partir da fundamentação proposta, podemos perceber que esses grupos de esquerda ao aderir à luta armada, acabam por realizar uma cisão no modo de combate à ditadura. Essa diferenciação torna-se mais evidente a partir de 1969, quando os atos revolucionários passam a ocorrer com mais frequência. Esse dado quem nos informa é Alves (2005, p. 189), ao enfatizar que a partir do ano de 1969 estes grupos armados de esquerda passam a ser mais intrépidos em suas ações, é neste contexto em que ocorrem diversas expropriações a bancos e de armas. A partir dessas ações, essa esquerda armada obtém esse título de terroristas, Motta (2018, p. 197) revela que essa era a forma com que eles eram “chamados pelo governo e a grande imprensa”. Portanto, essa nomenclatura será utilizada para taxar aqueles que se utilizaram da luta armada como forma de enfrentamento à ditadura estabelecida.

O segundo ponto que necessitamos discutir, antes da temática central, é a vinculação desses atos “terroristas” há uma instituição chamada de “comunismo internacional” e a utilização do conceito de “inimigo interno”, ambas teorias que estão dispostas no discurso do encarregado e fazem alusão a Doutrina de Segurança Nacional. Preliminarmente, podemos

---

<sup>5</sup> Essa perspectiva adota esse nome, devido a sua concepção de que o AI-5 acabou por remover os “espaços de atuação institucional (política, sindical, profissional etc)” destes grupos de esquerda (RIDENTI, 2010, p. 63).

pontuar que o conceito de inimigo interno faz parte do vocabulário do inquérito, quando o General Tasso Villar se utiliza dessa teoria, criada pelo Manual Básico da ESG e traduzida pela Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, para adjetivar esses “terroristas”, ou seja, que essa concepção de que há inimigos internos, não ficou somente na teoria, mas que é utilizada na prática pelos militares.

Em relação ao “comunismo internacional” é importante pontuarmos a forma como o encarregado condiciona a ação dessas organizações armadas de esquerda, aos planos do comunismo internacional. O que nos remete a algo que já discutimos, que é justamente a “estratégia de ação indireta do comunismo”. Ou seja, uma certeza de que se havia um grande país ou uma instituição que se dedicava a incentivar ações, nos países-alvos, para que a partir desses atos o plano de dominação mundial seja concretizado, ou no nosso caso, o domínio do Brasil. Motta (2000, p. 81-82), nos apresenta que inicialmente a URSS era identificada como esse país que disseminava as ideias revolucionárias, mas, esse foco foi se dissipando com a insurreição de outros países comunistas, como é o caso da China e de Cuba. O autor ainda compartilha conosco algo interessante acerca desse mundo comunista. Ocasionalmente, ao tentarmos compreender ou analisar o que seria esse “comunismo internacional”, podemos o interpretar como um conjunto unido com um propósito específico de dominação mundial, com o foco conjunto de ação indireta nos países. Todavia, o autor nos elucida que, “a propaganda anticomunista silenciava sobre as divergências entre os países comunistas, mantendo a imagem de que formariam um bloco coeso” (MOTTA, 2000, p. 82).

Podemos perceber que esta concepção de que os países comunistas possuíam uma homogeneidade, na verdade, não passa de uma construção que a propaganda anticomunista realiza, a aproximação que ocorre entre esses países se dá no campo ideológico, e que na verdade haviam divergências entre eles como podemos visualizar, quando o autor nos revela que houve um conflito nos anos 60 entre os soviéticos e os chineses que os levam a romperem relações (MOTTA, 2000, p. 82), o que nos revela, justamente, esse caráter heterogêneo entre os países. Essa propaganda anticomunista, ainda segundo Motta (2000, p. 82), estava longe de apresentar os soviéticos, os chineses e os cubanos como concorrentes, na verdade, eram lançados como países que colaboravam entre si para a conclusão, “dos planos da grande conspiração mundial, cuja sede continuava em Moscou”. Essa discussão na verdade nos revela a complexidade que se existe, na relação entre os países comunistas, e a não existência de um bloco homogêneo. Quando essas verdades são ocultadas pela propaganda anticomunista, o

discurso de dominação mundial acaba por ganhar força, pois, a cada aliado junto dos comunistas, mais força esse bloco possui e a sua atuação nos países é mais efetiva, segundo a ótica anticomunista.

O discurso que o encarregado do inquérito utiliza quando ele vincula as ações das organizações de esquerda ao comando do “comunismo internacional” é uma fala que possui um efeito duplo, além de apontar de onde provêm essas ações, ou seja, que um país externo têm orquestrado ações no Brasil, mas também, ele possui uma consequência de minimizar ou esconder/apagar, o real motivo daqueles atos estarem acontecendo, melhor dizendo, encobrir o real motivo político, que estes atos taxados pelo estado como terroristas, estarem acontecendo. Conseguimos perceber esta dinâmica quando Carlos Marighella ocupa a Rádio Nacional de São Paulo para evidenciar que, as ações de assalto a banco e roubo de armas possuíam um caráter político (ALVES, 2005, p. 189), isto é, ele expõe para todos os ouvintes que as ações possuíam um caráter de oposição ao governo ditatorial.

O encarregado culpabiliza as “forças de reação”, pelo sucesso do grupo “terrorista”. Ele volta a enfatizar essa característica no segundo parágrafo, quando enuncia que o grupo deteve êxito em sua ação, “também pela falta de preparação, consciência, interesse e eficiência do sistema policial para cumprir o seu dever na manutenção da lei e da ordem” (BRASIL, 1970, p. 1). O encarregado realiza uma crítica ao sistema policial, reforçando a sua argumentação de que ocorreu uma falha, e evidenciando a ausência de diversas características que o sistema policial deveria ter tido, contudo, não a teve. Tasso Villar, continua o texto trazendo os depoimentos de duas testemunhas do sequestro, para fundamentar a sua acusação contra o sistema policial. As duas testemunhas são, a senhora Elba Nizia Cardoso Souto Maior de Castro e seu marido o Capitão do Mar e Guerra Murillo Souto Maior de Castro, ambos moradores de Ipanema. Segundo Gaspari (2002 p. 90), a senhora Elba Nizia, fazia parte da vizinhança onde ocorreu o sequestro do embaixador Elbrick. Ela realiza uma ligação para a polícia que poderia ter arruinado o sequestro, mas, segundo o autor, ela não é levada a sério pelos policiais que realizam o atendimento.

O encarregado irá realizar uma descrição dos dois depoimentos, iniciando por Elba Nizia. Em seu testemunho, ela irá abordar os acontecimentos que evidenciam essa suposta displicência policial. Ela inicia abordando que percebeu uma movimentação diferente próxima a sua casa, segundo o depoimento, ela deduz que sejam ladrões de bancos e que estavam utilizando carros roubados. Com o intuito de evitar esse roubo, ela inicia as suas ligações para

a polícia a partir das 14h. Não conseguindo o contato com a polícia, ela às 14:15h decide telefonar para a Delegacia de Furtos de Automóveis, consegue ser atendida por um homem identificado como Detetive Roger, que não dá muita atenção para as suspeitas da senhora Elba. O Detetive Roger então, solicita para que Elba telefonasse para alguma Delegacia da região mas, ela solicita que ele fizesse a ligação, tendo em vista que ela não conseguira, entretanto Roger se apresenta não intencionado a realizar a solicitação da Elba, o que seu marido Murillo acaba por perceber essa situação, toma o telefone e solicita que o detetive fizesse o solicitado, com o fim de evitar o assalto. Ao terminar a ligação, o detetive afirma que irá realizar o contato com a delegacia, contudo às 15h, o sequestro ocorre (BRASIL, 1970, p. 1-3). Entretanto, o depoimento que se apresenta o mais interessante para a nossa pesquisa é de seu marido o Capitão do Mar e Guerra Murillo Souto. Durante o seu testemunho ele reafirma todos os fatos narrados pela sua esposa, contudo, ao criticar o sistema de segurança que a polícia disponibiliza ao casal, a partir do momento em que eles se tornam testemunhas do crime, ele se utiliza de um discurso interessante,

É bem sabido que a segurança das testemunhas, principalmente na Guerra Revolucionária, é de maior importância, o que parece não ter sido assim compreendido pelo DOPS. Somente muita convicção anticomunista, que é o nosso caso, faz com que testemunhas não protegidas continuem a colaborar com as autoridades (BRASIL, 1970, p. 3).

Este trecho retirado de seu depoimento, nos revela uma disparidade constatável, na medida em que tratamos de discursos de pessoas diferentes, enquanto Murillo é um militar e trabalha com a repressão, Elba é uma cidadã comum. Podemos perceber que em um determinado momento de seu testemunho, ele caracteriza o cenário em que está inserido como uma Guerra Revolucionária. Se analisarmos por completo as declarações de Elba, em nenhum momento ela utiliza-se desse tipo de conceito, que é discutido pela Doutrina de Segurança Nacional<sup>6</sup>. Um outro conceito que Murillo se utiliza é o de anticomunismo, quando ele reforça a sua posição e a da esposa, face a ameaça revolucionária dos “terroristas”. Esta discrepância pode ser compreendida quando nos recordamos da profissão de Murillo, que era oficial pela Marinha, possuindo a patente de Capitão do Mar e Guerra<sup>7</sup>. Tendo isto como premissa, podemos

---

<sup>6</sup> O único momento do depoimento de Elba, em que ela utiliza um vocabulário próximo utilizado pelo Encarregado, está no emprego da palavra terroristas, ao caracterizar os grupos responsáveis pelo sequestro (BRASIL, 1970, p. 2)

<sup>7</sup> Ao acessarmos o site da Marinha, e irmos na aba “Postos e Graduações”, é nos dada a informação que a patente de Capitão do Mar e Guerra, está posicionado do ranque mais alto dos oficiais Superiores, estando apenas abaixo dos oficiais Gerais. Podemos salientar que a patente de Capitão do Mar e Guerra é correspondente a de Coronel no Exército. (BRASIL. Marinha do Brasil: Postos e Graduações. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/postos-e-graduacoes>. Acesso em: 20 dez. 2020).

interpretar que a sua condição de militar, o proporciona mais exposição a Doutrina de Segurança Nacional, e uma probabilidade maior de internalizar os seus conceitos e conseqüentemente reproduzi-los.

Encerrada a nossa discussão acerca da displicência policial, vamos para a quarta etapa do IPM e para mais um responsável pelo sequestro do embaixador. Nesse tópico, em específico, o responsável apresentado pelo encarregado é o próprio Elbrick, segundo o General Tasso Villar, Charles foi displicente em alguns aspectos. Ele inicia a quarta parte da seguinte forma,

A ação terrorista foi muito facilitada também pela displicência do embaixador CHARLES BURKE ELBRICK em relação à segurança pessoal. Essa atitude contrasta frontalmente com a de seus ilustres antecessores, os embaixadores LINCOLN GORDON e TUTHILL, que cercavam as suas pessoas de seguras e naturais medidas de proteção (BRASIL, 1970, p. 4).

O encarregado inicia este parágrafo, atribuindo outro fator condicionante ao sucesso do MR-8, ao sequestrar o embaixador estadunidense, como vimos, esse fato estaria associado a sua falta de cuidado com sua segurança pessoal. Para construir essa tese, o encarregado irá se utilizar de alguns elementos. O encarregado inaugura a sua hipótese realizando uma “natural” comparação de Elbrick com os seus “ilustres antecessores”. Para validar esse discurso, o General Tasso Villar se utilizará o depoimento de três funcionários da embaixada, são eles: Custódio Abel da Silva, que era o motorista do carro que viajava Elbrick no dia do sequestro; Joaquim Pires de Miranda, que era motorista dos embaixadores Lincoln Gordon e Tuthill, e prestava serviços a embaixada há 17 anos; Izaias Marago, que desempenhou durante dezessete anos funções de mordomo na residência dos embaixadores dos Estados Unidos (BRASIL, 1970, p. 4-6). Cada um dos funcionários, em seus depoimentos, alegará que o embaixador Elbrick, comparado aos seus antecessores, possuía ações negligentes quando se tratava da sua segurança particular. Para exemplificar alguma dessas situações, podemos citar o ato de não trancar a porta do carro, segundo Custódio, ele costumava sair sozinho e a pé (BRASIL, 1970, p. 4). Podemos perceber ao ler todos os depoimentos, que Lincoln e Tuthill, possuíam uma espécie de “protocolo de segurança”, que não foi aplicado por Elbrick, o encarregado chega a afirmar que, “constata-se a nenhuma atenção dada pelo embaixador Charles Burke Elbrick à sua segurança, ao contrário dos embaixadores Gordon e Tuthill que o antecederam” (BRASIL, 1970, p. 4), reiterando novamente a omissão de Elbrick.

A parte mais interessante, para a nossa pesquisa, dessa quarta etapa é iniciada a partir da sétima página do IPM. Onde o encarregado inicia a levantar algumas indagações contra

o embaixador. A primeira delas é quando o encarregado inicia uma espécie de suspeita sobre as ações do embaixador Elbrick, podemos ver isso quando, nas palavras do encarregado, “não deixa de causar estranheza a reação do embaixador Charles Burke Elbrick em face do sequestro de que foi vítima, inclusive, procurando atenuar o crime praticado pelos terroristas [...]” (BRASIL, 1970, p. 6). Neste momento o encarregado, começa a ilustrar uma desconfiança contra o embaixador que pode ser vista no desenrolar do documento. Podemos perceber que o que gera essa sensação de estranheza no general é o fato de que o embaixador tenta amenizar a situação que ocorreu com ele, e novamente podemos ver a utilização do termo terrorista. O General Tasso Villar, para adicionar elementos em sua suposição, utiliza as palavras do jornalista Franz Paulo Heilborn,

Foram profusos (e, sem dúvida, sinceros) seus agradecimentos ao Governo do Brasil, pagando assim uma dívida de gratidão. Por outro lado, dando uma barretada aos círculos oposicionistas, caracterizou os sequestradores como jovens audazes e temerários, apresentando-os à opinião pública brasileiro sob uma luz romântica (BRASIL, 1970, p. 6).

Podemos interpretar essa sensação de estranheza descrita pelo encarregado, como um “sintoma” do conceito de inimigo interno. A partir do momento em que as declarações de Elbrick passam a minimizar o ocorrido em contraponto que as declarações do governo e do próprio encarregado, ressaltam a gravidade do ocorrido, tanto para a segurança interna, quanto para a o meio civil. Podemos detectar aí, a possível aparição desse sentimento de estranheza, que podemos compreendê-lo nesse contexto como uma desconfiança para com Elbrick. A partir do momento em que o embaixador, utiliza-se desses adjetivos para caracterizar os responsáveis pelo seu sequestro, ao invés do palavreado comum que eram terroristas, segundo o encarregado, essas e outras declarações de Elbrick acabam por “provocar no observador atento perplexidade e estranheza” (BRASIL, 1970, p. 6). Partindo dessa concepção, podemos compreender que, aqueles que não se expressavam de todas as formas como anticomunistas, podiam ser classificados como esse “inimigo interno”, a partir do momento que todos passam a ser potenciais inimigos, a necessidade de se reafirmar opositor do regime comunista, torna-se fundamental. Ato que podemos ver no depoimento do Capitão do Mar e Guerra Murillo, quando ele e sua mulher se reafirmam anticomunistas.

Para encerrarmos esta quarta etapa, o encarregado lança uma perspectiva acerca do impacto, que o sucesso do sequestro do embaixador Elbrick possuiu. Segundo o General, essas ações tiveram uma repercussão não somente na opinião pública, mas acaba por gerar uma,

profunda crise no governo, de que aproveitaram os inimigos internos; não apenas os comuno-terroristas, mas os esquerdistas de todos os matizes e também os de extrema direita, grupos políticos e justicados pela Revolução de 31 de março de 1964 [...] e tentaram desacreditar os chefes militares, no momento com grande responsabilidade na preservação dos ideais e princípios revolucionários e na manutenção do clima de ordem e confiança que o país exige para o seu desenvolvimento e bem-estar do povo brasileiro, com soberania e altivez (BRASIL, 1970, p. 8).

Podemos perceber nesse excerto, que o encarregado se utiliza, novamente, de dois conceitos que são discutidos pela Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. O primeiro conceito que podemos destacar é o do “inimigo interno”, podemos perceber a sua utilização perpassa por diversos momentos ao longo do inquérito. Contudo, neste momento do inquérito, o encarregado ao destacar quais os setores que foram beneficiados pelo sequestro, e ele elenca a esta perspectiva toda a ala da esquerda mas, ele também introduz nesse bloco a extrema direita, grupos políticos e todos aqueles que foram justicados pela chamada “Revolução” de 1964. Esta abrangência realizada pelo encarregado, só reforça aquilo que é discutido por Alves (2005, p. 189-190), ao nos informar que todo cidadão é potencialmente um “inimigo interno”. O que está em jogo é a chamada “revolução” e mesmo que o governo tolere grupos de extrema direita, no discurso, ao menos, eles não são bem vindos, pois poderiam atrapalhar o regime com extremismos. Uma outra alusão a Doutrina, que podemos destacar ainda nesse trecho, é a relação segurança interna com desenvolvimento, que é apresentada pelo encarregado como os princípios que essa “revolução” defende.

O quinto responsável pelo sequestro do embaixador, será um culpado indireto. Segundo o encarregado, serão os meios públicos de comunicação e divulgação, estarão reunidos nessa categoria os “jornais, revistas, rádio, televisão, cinema, editoras, teatro e os meios intelectuais e artísticos estão impregnados de esquerdismo, com participação, muito frequentes em atividades terroristas realizadas pelas Organizações específicas” (BRASIL, 1970, p. 8). O responsável apresentado aqui pelo encarregado, é um culpado indireto pelo sequestro do embaixador. Nessa quinta parte, o General Tasso Villar, ocupará o seu discurso para comprovar a sua acusação, de que os meios de comunicação estariam repletos de comunistas, solicitando a abertura de um outro inquérito para a investigação acerca dessas atividades subversivas. Contudo, dentro dessa temática, o que é interessante para a nossa pesquisa, é a sua justificativa para tratar acerca dessa temática, segundo o Encarregado ele não poderia “deixar de levar em conta a evidência de fatos tão ameaçadores à Segurança Interna” (BRASIL, 1970, p. 8). A preocupação com os meios de comunicação, é algo perceptível desde o início da ditadura e a

presença de pessoas de esquerda era algo totalmente nocivo a opinião pública, como explicava o Ministro Alfredo Buzaid<sup>8</sup>,

Quem estudou a teoria da informação sabe que os periódicos, o rádio e a televisão constituem, nos nossos dias, os meios mais eficazes para dirigir a opinião pública. É por meio deles que o comunismo internacional atua sobre o povo, invadindo subrepticiamente os lares. E os seus agentes, adrede preparados, se infiltram em todos esses meios de comunicação para transmitirem suas ideias dissolventes (BUZOID, 1970, p. 17-18 *apud* CARVALHO, 2014, p. 82)

A partir dos comentários do ministro, podemos compreender qual a função dos meios de comunicação. Ele ainda nos apresenta o quão nocivo seria para a “revolução” que este mecanismo de controle da opinião popular, estivesse sobre o controle desses grupos revolucionários. Carvalho (2014, p. 82), discute como a Doutrina de Segurança Nacional enxergava os meios de comunicação, para o autor, a doutrina enxergava “os meios de comunicação [...] como um espaço central no embate com o comunismo, dada a sua forte influência na formação da opinião pública”.

Podemos perceber, que a inquietação do Encarregado, com esses indivíduos de esquerda, é derivada dessa concepção apresentada por Carvalho, que desvela a importância que os meios de comunicação possuíam para a Doutrina e para o funcionamento do combate ao inimigo interno. Ainda segundo Carvalho (2014, p. 82), se esses meios de comunicação não fossem vigiados e controlados, eles poderiam difundir informações e mensagens, que incitasse uma “mudança nos padrões de comportamento ou uma maior incidência de contestações às autoridades e ao regime político vigente”. Isto significa que, a partir do momento em que o Estado possui o controle dos meios de comunicação, e com essa supervisão consegue restringir o que é publicado, torna-se um grande aliado do governo ditatorial, publicando aquilo que alimenta o apoio ao governo e diminuindo uma forma de oposição. É a partir desse controle, que podemos ver diversas organizações de esquerda, produzindo seus próprios jornais.

Percebemos então, que a Doutrina de Segurança Nacional atua, até mesmo na necessidade de se controlar os meios de comunicação. Podemos concluir, que daí deriva o objetivo que o encarregado possui para incluir os meios de comunicação como um responsável indireto do sequestro, pois na ótica do encarregado, eles estavam encharcados de inimigos internos. Dentre os responsáveis diretos e indiretos apresentados pelo encarregado, podemos identificar que a imprensa é única que não fica bem esclarecida a motivação do encarregado,

---

<sup>8</sup> Alfredo Buzaid, foi Ministro da Justiça durante o governo Médici (1969-1974).



podemos interpretar que seja simplesmente, por essa inundação de comunistas, o que impacta nas notícias que são publicadas e a forma de publicação, em síntese, o encarregado está preocupado com o que a mídia está propagando para o brasileiro comum.

Partindo agora, para o penúltimo tópico e o último responsável, o encarregado irá trazer para a discussão os descontentes com o governo. Segundo o General, torna-se necessária essa consideração que para ele é “vasta e heterogênea”, de indivíduos que são descontentes com o estado estabelecido a partir do 31 de março de 1964. Dentre esse grupo, que está insatisfeito com o governo, existem “elementos da extrema esquerda e da extrema direita; grupos políticos; grupos econômicos, indivíduos atingidos pela justiça Revolucionária” (BRASIL, 1970, p. 13). Para o encarregado, esses grupos possuem culpa, porque acabam por perturbar, confundir e tumultuar “os espírito menos avisados” (BRASIL, 1970, p. 14), ou seja, aqueles, que nas palavras do General, não possuem o entendimento necessário para compreender, o quão prejudiciais são essas pessoas para o desenvolvimento proposto pela “Revolução”. O encarregado ainda pontua que esses grupos possuem um “objetivo comum - o descrédito ao Governo da Revolução de 31 de março e dos chefes militares [...]” (BRASIL, 1970, p. 14).

O encarregado afirma, que as ações destes elementos que estão insatisfeitos com o governo possuem a pretensão de evitar o “desenvolvimento acelerado e equilibrado do Brasil” (BRASIL, 1970, p. 15). O General ainda pontua que o “Governo da Revolução” irá buscar a concretização de diversos benefícios para a economia e para o povo brasileiro, realizando uma “valorização do homem comum brasileiro” e concedendo a estes indivíduos “saúde, educação, condições e mercado de trabalho” (BRASIL, 1970, p. 14). É interessante pontuarmos como o Encarregado exalta a preocupação desse “Governo da Revolução”, em proporcionar a melhor qualidade de vida possível para estes brasileiros, entretanto, podemos interpretar que este “homem comum brasileiro”, ressaltado pelo encarregado, seriam aqueles que não estavam envolvidos com nenhum tipo de oposição ao governo, ou seja, aquelas pessoas que não estavam envolvidos com a cena política brasileira ou apoiavam de todas as formas o governo ditatorial.

Para tentarmos compreender quem seriam esses grupos descontentes com as ações do “Governo da Revolução”, o encarregado irá se utilizar, novamente, de depoimentos. Podemos perceber ao ler estes depoimentos que a principal crítica desses “descontentes” está baseada em dois pilares, o primeiro é o modo como o Brasil está sendo governado e o segundo a política econômica que é adotada pelo governo ditatorial. O primeiro que devemos pontuar, são os grupos de extrema esquerda, que especialmente, o encarregado não utiliza nenhum

depoimento para fazer referência a eles, pois, esta concepção de extrema esquerda está vinculada àquelas organizações que optaram pela luta armada, ou seja, os guerrilheiros.

O primeiro desses insatisfeitos com o governo, apresentado pelo encarregado é um dos membros da Missão Rockefeller, que “fez severas críticas à situação atual no Brasil e ao comportamento do Governo Brasileiro”, o encarregado em nenhum momento nos informa quem seria esse membro, mas reforça essa afirmação de insatisfação, utilizando o artigo do jornalista Abel Sardina, publicado em uma revista cubana, que nos elucida que este assessor de Rockefeller disse que, o regime militar que foi constituído no Brasil, está realizando uma espécie de destruição da oposição moderada, com o empenho de eliminar todos os reais e imaginários comunistas, o assessor reforça que, esta ação pode acabar por empurrar essa oposição moderada, contra a sua própria vontade, para se integrar à esquerda violenta (BRASIL, 1970, p. 15). Percebemos que o primeiro destes descontentes apresentados pelo encarregado, é justamente um estrangeiro, que irá realizar críticas acerca do método utilizado pelo governo brasileiro para implementação do seu plano de desenvolvimento, que necessariamente, utiliza-se do expurgo dos “inimigos internos”.

Os próximos descontentes, serão retirados do depoimento do jornalista Marcos de Castro, que revelará em seu testemunho que, embora não fosse leitor de direitistas, ele sabia que “o embaixador Roberto Campos, o professor Eugênio Gudín, o engenheiro Glycon de Paiva e outros” se mostravam “contra a política econômica do Governo, colocando-se assim, também, na luta contra ele” (BRASIL, 1970, p. 16). Em seu depoimento, Marcos Castro ainda cita outra figura pública o embaixador Walter Moreira Salles, ele é citado “frequentemente como pessoa descontente com a política econômica do atual governo” (BRASIL, 1970, p. 15). Este depoimento que o encarregado se utiliza é interessante, pois, ele nos apresenta que figuras públicas da direita possuíam críticas à política econômica do governo. O que torna isso interessante, é que até as críticas acabam por impactar no processo de desenvolvimento, contudo, o ponto fundamental é termos a ciência de que este grupo de pessoas públicas apresentados pelo jornalista, poderiam estar sendo integradas ao corpo dos “inimigos internos”, justamente pelo fato de criticarem o projeto econômico. O que devemos nos questionar acerca do quão sensível essa identificação dos inimigos do Estado, poderia ser.

O jornalista Marcos de Castro, ainda irá expor em seu depoimento outro dado interessante, segundo ele “a imprensa sofre, sem dúvida, a influência dos poderosos grupos

econômicos” (BRASIL, 1970, p. 16). E para fundamentar essa sua afirmação ele ilustrará essa influência, citando o caso em que,

um decreto do PRESIDENTE COSTA E SILVA, criando a MINEROBRÁS, que me parece defender os interesses nacionais e que foi imediatamente combatido por editoriais da Imprensa, no dia seguinte. Lembro-me, seguramente de um editorial de primeira página de O GLOBO e creio ter lido outras cousas a respeito, que entretanto, infelizmente, não consigo *situas* no momento (BRASIL, 1970, p. 15).

Podemos perceber que o jornalista, somente cita a existência desses grupos, mas em nenhum momento ao longo deste tópico ele irá informar quem seriam esses grupos. Contudo, o encarregado ao utilizar esse depoimento, cabe a interpretar que ele concorda com as afirmações de Marcos de Castro, o que nos evidencia que uma parte dessas pessoas que faziam parte dos “descontentes” eram esses poderosos grupos econômicos, que utilizam do seu poder para manipular a crítica do jornal ao governo, e como vimos a importância de que os meios de comunicação estivessem livres desses opositores, ele reforça acusando que eles estavam dificultando o processo de desenvolvimento proposto pelo “Governo Revolucionário”.

E o último ponto interessante que podemos destacar deste tópico é o depoimento do “Engenheiro e antigo atuante político do esquema do governo João Goulart, Luiz Fernando Bocayuva Cunha”, que irá discorrer acerca do prejudicial pensamento liberal que existe nos Estados Unidos.

Os EUA são um país estranho. Se de um lado existe uma grande influência dos grupos poderosos, por outro lado existe a cada dia maior, uma grande força que só pode denominar de representativa do pensamento liberal. JOHN KENNEDY e o próprio NELSON ROCKEFELLER são representantes legítimos desse pensamento. De forma que é possível que as declarações aludidas tenham sido decorrentes deste tipo de pensamento liberal (BRASIL, 1970, p. 16)

É interessante de notarmos, como as diferentes formas de se enxergar um modo econômico acabam por incomodar este encarregado. Conseguimos perceber na fala de Luiz Fernando, um certo tipo de descontentamento com o aumento do pensamento liberal e de duas figuras públicas que aderem a esse pensamento. O que podiam gerar uma ameaça para o governo ditatorial, a partir do momento, em que os EUA podiam influenciar a forma com que as figuras públicas e políticas enxergassem no liberalismo um meio de governo superior comparada a centralização da economia que é realizada pelo “Governo Revolucionário”.

O discurso utilizado pelo encarregado, reforça a premissa da Doutrina de Segurança Nacional, a necessidade de termos um ambiente seguro, para que o desenvolvimento proposto pela doutrina, ou seja, para que o Brasil como potência, se torne algo verdadeiro, é necessário

que esses opositores sejam silenciados de alguma forma, e as formas utilizadas pelo Estado de Segurança Nacional, serão as mais diversas, desde cassações de mandato há uma tortura praticada pelo estado.

Para finalizarmos, o sétimo e último tópico reforça o caráter prejudicial que os meios de comunicação possuem, quando entram em contato com o público. Neste momento, o encarregado irá listar os programas de televisão que ocupam muito tempo na TV e que segundo ele, “esses programas são fortes pontos de apoio da ação comunista [...] dando à TV um sentido oposto àquele que lhe compete de colaborar na melhoria das condições de educação e cultura das populações” e para encerrar o ofício, ele lista os programas, “são exemplos de programas altamente perniciosos, no entender deste Encarregado de Inquérito, o do Chacrinha, Dercy Gonçalves e Silvio Santos na TV Globo” (BRASIL, 1970, p. 17).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal desta pesquisa, como destacado no início da introdução, foi o de detectar e analisar, como a Doutrina de Segurança Nacional influenciou o discurso que é construído pelo General Tasso Villar no IPM 899º de 1970, e explorar quais são os principais conceitos utilizados pelo encarregado do inquérito.

No primeiro capítulo foi proposto uma discussão acerca desta doutrina que fundamenta o pensamento militar que dá o golpe civil-militar e consolida a ditadura no Brasil. Passamos assim, por diversas temáticas fundamentais para se compreendê-la, desde a gênese na Escola Superior de Guerra e compreendendo como a figura de Golbery do Couto e Silva, é fundamental para a sua formulação. Ainda discutindo acerca da ESG, podemos compreender também como ocorre a disseminação desses conteúdos que são publicados no Manual Básico da ESG e a partir dessa constatação, foi possível compreendermos que o foco não era somente nos militares, mas também nos civis, o que explica o modo como ela se espalha na sociedade, o que se deve também, ao momento de instabilidade política que se vivia de maneira global, com a Guerra Fria, mas também na América Latina, com diversas insurreições comunistas. Ainda no primeiro capítulo tivemos dois subtópicos. O primeiro estava dedicado a compreendermos os três elementos fundamentais que a Doutrina de Segurança Nacional estabeleceu por meio do Manual Básico da ESG, o primeiro são as teorias de guerras que são fundamentais para compreender o discurso e o pensamento do estado que é estabelecido a partir de 1964, o segundo são as teorias

O segundo capítulo possuiu a finalidade de realizar uma análise acerca do discurso utilizado pelo encarregado ao longo da fonte. Partindo dessa premissa, tínhamos o objetivo de responder a nossa pergunta, acerca da influência da Doutrina de Segurança Nacional nesse documento.

Na medida em que foi possível compreendermos a forma com que a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento é gestada, formulada e disseminada. Podemos concluir o quão amplo são os impactos dessa doutrina na sociedade brasileira, a partir do momento, em que ela realiza uma transformação ideológica tanto nos militares quanto nos civis. Contudo, deve-se reafirmar que ela é uma ideologia autoritária e repressiva, quando apresenta a necessidade de se combater de todas as formas os seus inimigos, não há democracia na Doutrina de Segurança Nacional, como também não haverá democracia no Estado implementado pelos militares, a partir da instauração do AI-1, que como vimos, será o primeiro mecanismo de

“limpeza” desses inimigos. E com a análise do Ofício produzido pelo General Tasso Villar, podemos constatar que ao longo do discurso do militar, somos capazes de notarmos a presença de diversas referências e conceitos que são apropriados da Doutrina de Segurança Nacional, o que nos leva a identificar, primeiramente, que houve sim uma influência da Doutrina nos pensamentos do general, que passa a moldar o seu discurso, em segundo ponto, podemos destacar que o projeto de disseminação da Doutrina, proposto pela ESG obteve sucesso, passados seis anos desde o golpe de 64, ela permanece presente no discurso do militar. A segunda constatação que é fundamental, é acerca do principal conceito que norteia o desenvolvimento e argumentação do General ao longo do IPM, que é o conceito do “inimigo interno”. Este conceito perpassa por todo o documento e podem ser vistos em diversos momentos ao longo do segundo capítulo, contudo, podemos compreender essa conceituação como fundamento para as acusações do encarregado, quando ele relaciona tanto possíveis culpados pelo sequestro do embaixador Elbrick. Podemos detectar esse caráter crucial que esse conceito possui, quando ele apresenta ao Estado brasileiro a necessidade de se combater esses possíveis “inimigos internos”, que são impossíveis de serem detectados, o que motiva o estado a criação de órgãos repressivos e de espionagem que passa a causar diversas ações violentas e arbitrárias, fundamentadas por essa concepção.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### FONTE:

BRASIL. Ministério do Exército. **Ofício nº 60-IPM**. Rio de Janeiro, Guanabara: Ministério do Exército, 29 de jan. 1970.

BRASIL. **Lei nº 785, de 20 de agosto de 1949**. Cria a Escola Superior de Guerra e dá outras providências. Rio de Janeiro: Congresso Nacional, 1949. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1930-1949/1785.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/1785.htm)> . Acesso em: 13 nov. 2020.

### LIVROS:

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. São Paulo: EDUSC, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970/Michel Foucault; tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 3 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GASPARI, Elio. **A Ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**: a esquerda brasileira – das ilusões perdidas à luta armada. 3º Ed. São Paulo: Ática, 1987.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. 2.ed. ver. e ampliada. – São Paulo: Editora Unesp, 2010, EPUB.

SALEM, Helena. Ficção é julgada sob as lentes da história. In: **Versões e ficções: o sequestro da história**. 1º Ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.

VIEIRA, Evaldo. Brasil: do golpe de 1964 à redemocratização. In MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)**. São paulo: SENAC, 2000, pp. 185-217.

### TESES:

FERNANDES, Ananda. **Quando o inimigo ultrapassa a fronteira**: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964- 1973). Porto Alegre, 2009b. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História/UFRGS.

JOFFILY, Mariana. **No centro da engrenagem**: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975). São Paulo, 2008, Tese (Doutorado em História) – USP.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo, 2000, Tese (Doutorado em História) – USP.

#### ARTIGOS:

CARVALHO, Lucas Borges. A censura política à imprensa na ditadura militar: fundamentos e controvérsias. **Revista da Faculdade de Direito** - UFPR, Curitiba, vol. 59, n. 1, p. 79-100, 2004. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/rfdufpr.v59i1.36349>. Acesso em: 21 nov 2020.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. O Governo João Goulart e o Golpe de 1964: da construção do esquecimento às interpretações acadêmicas. In **Revista Grafia**, Colombia, Vol. 9, 2012. ISSN 1692-6250. pp. 175-191. Disponível em: <[http://www.fuac.edu.co/recursos\\_web/descargas/grafia/grafia9/175-191.pdf](http://www.fuac.edu.co/recursos_web/descargas/grafia/grafia9/175-191.pdf) >

FERNANDES, Ananda Simões. A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva. **Antíteses**, vol. 2, nº 4, 2009a, pp. 831-856. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4173674/mod\\_resource/content/1/A%20reformula%C3%A7%C3%A3o%20da%20Doutrina%20de%20Seguran%C3%A7a%20Nacional%20pela%20ESG\\_Geopol%C3%ADtica%20e%20Golbery%20Couto%20e%20Silva.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4173674/mod_resource/content/1/A%20reformula%C3%A7%C3%A3o%20da%20Doutrina%20de%20Seguran%C3%A7a%20Nacional%20pela%20ESG_Geopol%C3%ADtica%20e%20Golbery%20Couto%20e%20Silva.pdf)>. Acesso em: 13 nov. 2020.

GREGOLIN, Maria do Rosario Valencise. A análise do discurso: conceitos e aplicações. **Alfa**, São Paulo, v. 39, p.13-21, 1995. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3967/3642>. Acesso em: 17 nov. 2020.

LARA, Silvia Hunold. Os documentos textuais e as fontes do conhecimento histórico. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 17-39. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/1983-201X.7953>. Acesso em: 07 out. 2020.

MANSAN, Jaime Valim. A Escola Superior de Guerra e a formação de intelectuais no campo da educação superior no Brasil (1964-1988). **Revista Brasileira de Educação**, v. 22, nº 70, pp. 826-850, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v22n70/1809-449X-rbedu-22-70-00826.pdf>. Acesso em: 12 nov. de 2020.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Sobre as origens e motivações do Ato Institucional 5. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 38 nº 79, 2018, pp. 195-216. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbh/v38n79/1806-9347-rbh-38-79-195.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2020.



REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura, Anistia e reconciliação. In **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 23, nº 45, pp. 171-786, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/eh/v23n45/a08v2345.pdf>>. Acesso em: 07 out. 2020.

SILVA, Izabel Priscila Pimentel da. De Estudantes a Guerrilheiros: A Trajetória da Dissidência Comunista da Guanabara/Movimento Revolucionário 8 de Outubro e a Luta Armada no Brasil nas Décadas de 1960 e 1970. **Revista Taller**, v. 2, p. 78-89, 2013. Disponível em: <<https://revistataller.weebly.com/uploads/2/5/3/2/25328758/silva.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2020.

#### SITES:

BRASIL. Ministério da Defesa: Escola Superior de Guerra. **Histórico**. Disponível em: <<https://www.esg.br/a-esg/historico>>. Acesso em: 12 nov. de 2020.

RAMOS, Plínio de Abreu. Verbete biográfico Golbery do Couto e Silva. IN: **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**, CPDOC, FGV. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/silva-golberi-do-couto-e>>. Acesso em: 13 nov. 2020.

## **DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE**

Eu, Cleber do Nascimento Ferreira, declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado “A doutrina de segurança nacional e suas influências no discurso do General Tasso Villar de Aquino (1969-1970)” foi integralmente por mim redigido, e que assinalei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho é inédito e que nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico, nem foi publicado integralmente em qualquer idioma ou formato.

Brasília, 10 de dezembro de 2020.